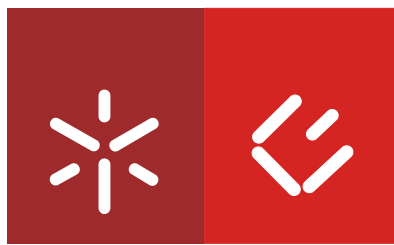


**Universidade do Minho**  
Escola de Economia e Gestão

Guilherme Alberto Mendes Pereira

**A Morosidade da Justiça em Portugal:  
A percepção dos juizes dos Tribunais  
de 2ª Instância**



**Universidade do Minho**

Escola de Economia e Gestão

Guilherme Alberto Mendes Pereira

**A Morosidade da Justiça em Portugal:  
A percepção dos juízes dos Tribunais  
de 2<sup>a</sup> Instância**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em Administração Pública  
Área de Especialização em Gestão Pública

Trabalho realizado sob orientação da  
**Professora Doutora Isabel Macedo**

Outubro de 2012

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

É autorizada a reprodução integral desta  
dissertação apenas para efeitos de  
investigação, mediante declaração escrita  
do interessado, que a tal se compromete.

(Guilherme Alberto Mendes Pereira)

## **Agradecimentos**

Nada na vida conquistamos sozinhos. Sempre precisamos de outras pessoas para alcançar os nossos objectivos. Muitas vezes um simples gesto pode mudar a nossa vida e contribuir para o nosso sucesso.

À Professora Isabel Macedo, orientadora deste trabalho, a sua disponibilidade irrestrita, sua forma exigente, crítica e criativa de arguir as ideias apresentadas, creio que deram norte a este trabalho, facilitando o alcance de seus objectivos e por partilhar comigo o seu muito, muito saber.

À memória da minha Mãe por todas as pequenas e as grandes coisas que me ensinou.

Ao meu Pai com quem estou sempre a aprender.

À Prof. Emília Araújo, a minha primeira professora, que me ensinou a olhar o mundo de maneira diferente.

À Adelina e ao Fernando com quem cresci e os quais partilharam comigo os verdadeiros valores da vida.

Ao João Manuel pelo prazer que me deu em acompanhar o seu crescimento e sua sempre alegre forma de estar.

Aos senhores Juízes Desembargadores dos Tribunais da Relação de Portugal pelas mais diversas formas contribuíram para que este trabalho fosse possível.

A todos os meus amigos da vida não académica e em especial aos meus amigos do *Team UM/Vitória Sport Clube* com os quais partilhei e partilho verdadeiros momentos de alegria.

Aos meus amigos Hersília Oliveira e José Carlos Ribeiro, que tive a feliz oportunidade de conhecer na licenciatura e descobrir que pautamos as nossas vidas por trabalho e por uma amizade franca e sólida.

## **Resumo**

O sistema judicial é hoje um factor considerado estratégico para a economia de um país. O tema da morosidade da justiça não é novo, mas tem assumido novos contornos nos últimos tempos, com especial destaque para os problemas relacionados com a morosidade da justiça, cujas implicações negativas para o funcionamento do sistema judicial e da sociedade em geral têm sido evidenciadas por vários autores. O presente estudo tem como principal objectivo analisar e compreender o fenómeno da morosidade da justiça no funcionamento dos tribunais judiciais, a partir de dados provenientes de fontes primárias e secundárias. A realização do presente estudo tornou possível a identificação de alguns dos principais bloqueios responsáveis pela demora na resolução de processos judiciais, a partir dos quais são equacionadas um conjunto de medidas correctivas. O estudo efectuado integra, num primeiro momento, a contextualização dos diferentes tipos de morosidade e a identificação das suas causas principais. Para melhor identificação dessas causas, enumeramos ainda os principais bloqueios ou factores de dilação detectados em três estudos de caso de processos crimes de longa duração, realizados pelo Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJP). Por último, são apresentadas um conjunto de sugestões para a solução dos problemas enunciados.

De referir que o trabalho desenvolvido recorreu à recolha de informação junto dos Juízes dos Tribunais da Relação portugueses, “actores” pertinentes deste processo.

De facto, consideramos ser relevante dar a conhecer o pensamento dos juizes sobre o estado da justiça em Portugal e da sua administração que hoje preocupam a sociedade portuguesa. Os portugueses têm o direito de conhecer os seus Juizes e as diversas correntes de opinião que atravessam a magistratura, saber mais sobre a cultura judiciária e das suas dimensões plurais que hoje se manifestam, bem assim como as suas projecções na organização do Estado e nas esferas político-sociais e politico-judiciárias, aferir a percepção que os Juizes têm da crise da justiça portuguesa com consequência directa no crescimento da economia, analisar de que modo esta tem provocado alterações da vida social dos portugueses, nomeadamente a morosidade dos processos judiciais e, o eventual conflito entre o poder político e o poder judicial.

Deste estudo foi possível concluir que: o ambiente politico, nomeadamente, legislação complexa, confusa, e contraditória, formação e carreiras dos magistrados judiciais, infra-estruturas dos Tribunais, politicas governamentais e, burocracia, condicionam o normal andamento da justiça em Portugal.

## **Abstract**

The judicial system plays a strategic role in shaping the national economic and political spheres and therefore the delay problem existing in the justice courts processes has been the focus of much debate. Thus, the issue of court delay is not new, but has assumed new features in recent decades which require further examination.

This study which examines the topic of court processes delay in the justice system allowed the identification of key measures aiming to reduce court delay while improving the judicial system in dealing with this phenomenon.

In the present study, the empirical analysis was conducted by using primary and secondary data sources.

Concisely, the study starts by examining the different types of court delay which set the context of the study. Next, the factors responsible for court delay are identified and characterize in nature and scope. In this process, the study attempts to identify major barriers or delay factors present in the analysis of three case studies of long duration crime lawsuits, undertaken done by the Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJP) – Permanent Observatory of the Portuguese Justice. At last, we report a set of suggestions to solve the stated problems.

Considering that judges are key actors in this process, the empirical investigation used data collected from a survey which was applied to the Judges of the Portuguese High Courts. In fact, integrating the judges perceptions regarding the topic under analysis provides a valuable perspective which may bring new insights and directions that may assist in the design of policies addressing the functioning of the justice system.

From this study it can be concluded that several factors account for court delay in the justice system. These factors which include, but are not restricted to complex and often contradictory legislation, the type of Courts' infra-structures, inadequate governmental policies and the high level of bureaucracy affect the normal course of justice in Portugal.

## **Índice Geral**

<b>Agradecimentos .....</b>	<b>III</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>IV</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>V</b>
<b>INDICE DE TABELAS .....</b>	<b>VIII</b>
<b>ÍNDICE DE FIGURAS .....</b>	<b>VIII</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS.....</b>	<b>IX</b>
<b>1.INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
1.1 Definição e Contextualização do Estudo .....	11
1.2 Questões de Partida e Objectivos do Estudo.....	14
1.3. Estrutura da Dissertação.....	15
<b>Revisão da literatura .....</b>	<b>17</b>
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>18</b>
2.1. Perspectivas na análise da Morosidade da Justiça.....	18
2.2. Acesso à Justiça.....	21
2.3.Globalização do Direito .....	23
2.4. A Morosidade da Justiça e o seu impacto na Economia .....	24
2.4.1. A Avaliação da qualidade do Sistema Judicial .....	25
2.4.2. Problemas do Sistema Judicial na Economia .....	25
2.4.3. Análises da Morosidade da Justiça: uma Perspectiva Internacional .....	27
2.4.4. A Ineficiência Judicial.....	29
<b>2.5.A Morosidade e as Reformas Estruturais do Direito .....</b>	<b>31</b>
2.5.1.Possíveis Reformas para um Sistema Judicial mais célere .....	34
<b>2.6.Bloqueios à Celeridade Processual.....</b>	<b>37</b>
2.6.1. Formação dos Juízes.....	39
2.6.2. Medidas de combate ao bloqueio à celeridade processual. ....	39
• Citações .....	39
• Marcação de Julgamentos .....	40
• Sentenças.....	41
• Formação dos Funcionários Judiciais.....	42
2.6.3. O Juiz e o Sistema Judicial.....	43
2.6.4. Duração do Processo Judicial.....	44
<b>2.7.A Morosidade (Civil e Penal).....</b>	<b>45</b>
2.7.1. A Morosidade endógena ou organizacional. ....	45



• Causas gerais .....	45
• As causas de morosidade organizacional ou endógena em processos com duração superior a 5 anos.....	46
• As causas da morosidade nas acções executivas com duração superior a 5 anos. ....	46
• A morosidade judicial nos processos crimes com duração superior de 5 anos .....	47
2.7.2. A morosidade provocada pelos interessados .....	47
• Causas .....	47
2.8. Definição do Modelo de Análise e Hipóteses de Investigação .....	48
2.8.1. Hipóteses de Trabalho.....	48
<b>Metodologia.....</b>	<b>51</b>
<b>3. METODOLOGIA.....</b>	<b>52</b>
3.1. A escolha do serviço alvo da Investigação.....	55
Fonte: Elaboração própria .....	56
3.2. <i>Design</i> de Investigação.....	56
3.3. Processo de Amostragem .....	56
3.4. Variáveis .....	57
3.4.1. Variável Dependente .....	57
3.4.2. Variável Independente.....	57
3.5. Descrição Dados.....	58
3.6. Delimitação do Campo de Avaliação.....	59
3.7. Estrutura do Questionário.....	60
<b>4. ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>62</b>
4.1. Análise da Morosidade da Justiça: dados Empíricos Nacionais .....	63
4.2. Considerações gerais .....	66
<b>4.3. Resultados das hipóteses .....</b>	<b>83</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>86</b>
<b>5. Conclusão .....</b>	<b>87</b>
5.1. Dificuldades e Limitações .....	94
5.2. Pistas para futuras investigações .....	94
<b>Referências .....</b>	<b>96</b>

## ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1- Impacto do mau funcionamento do judiciário na economia da empresa (%).	28
TABELA 2 - Dados estatísticos referentes processos entrados e findos 2006/2008....	64
TABELA 3 - Duração Média de processos findos por tribunal - 2006/2008 .....	66

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo Conceptual - Tribunais de 2ª Instância.....	50
Figura 2 – Questões de partida, hipóteses e questões do questionário .....	54
Figura 3 – Tribunais de Relação de Portugal .....	56
Figura 4 – Definições e estatísticas descritivas(%) .....	72
Figura 5 – Dados estatísticos descritivos - morosidade(%) .....	72
Figura 6 - Dados estatísticos descritivos – ambiente politico(%)......	74
Figura 7 - Dados estatísticos descritivos – ambiente politico/morosidade(%)......	78
Figura 8 - Definições e estatísticas descritivas Portugal 2009.....	79
Figura 9 - A ineficiência da acção executiva (%).....	81
Figura 10 – Duração dos Processos Judiciais meses.....	82

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**AR** - Assembleia da República

**CC** - Código Civil

**CEJ** - Centro de Estudos Judiciários

**CEPEJ** - *European Commission for the Efficiency of Justice*

**CPC** - Código do Processo Civil

**CPP** - Código do Processo Penal

**CRP** - Constituição da República Portuguesa

**CSM** - Conselho Superior de Magistratura

**CSMP** - Conselho Superior do Ministério Público

**DC** - Direito Comunitário

**DCIAP** - Departamento Central de Investigação e Acção Penal

**DIAP** - Departamento de Investigação e Acção Penal

**DGPJ** – Direcção – Geral da Política de Justiça

**DGSP** - Direcção Geral dos Serviços Prisionais

**OPJP** - Observatório Permanente da Justiça Portuguesa

**PJ** - Polícia Judiciária

**PR** - Presidente da República

**TJCE** - Tribunal de Justiça da Comunidade Europeia

# Introdução

---

---

## **1.INTRODUÇÃO**

### **1.1 Definição e Contextualização do Estudo**

As transformações que ocorreram no Estado, na economia e na sociedade, a consciência social a relevância do papel do poder judicial na formação e construção do Estado de Direito, a crescente visibilidade política e social dos tribunais, são factores que, nos últimos anos, provocaram enormes alterações, quer no contexto político e social da justiça, quer na esfera do funcionamento a nível do desempenho dos tribunais judiciais, forçando os poderes político e judicial a desenvolverem reformas. Um dos problemas que afecta o funcionamento do sistema judicial relaciona-se com a morosidade da justiça. Este fenómeno, não sendo recente, tem vindo a agravar-se nas últimas décadas. Este estudo tem como principal objectivo analisar e compreender o fenómeno da morosidade da justiça no funcionamento dos tribunais judiciais.

Efectivamente, os vários movimentos de reforma introduzidos no sistema judiciário, com início na década de oitenta, tinham como objectivo principal introduzir factores de celeridade e fundamentalmente simplificação nas leis processuais, no

guarnecimento dos tribunais com mais recursos humanos, mais e melhores infra-estruturas e, recentemente, uma aposta na desjudicialização e nas formas alternativas de resolução dos vários litígios (Santos, 2008; Sinhoretto, 2007).

Contudo, a exponencial procura judiciária, a elevada e complexa litigação e a escassez de meios vieram colocar o sistema judiciário numa posição desconfortável e preocupante. Assumimos ser necessário ir para além de mais recurso humanos e infra-estruturas, devemos olhar o sistema judicial numa nova perspectiva. Como evidenciam Lindblom e Watson (1995)<sup>1</sup>, a complexidade da litigação que emergiu nos últimos anos, num contexto de dinâmica evolução, pede uma maior criatividade e flexibilidade de todos os operadores do sistema judicial, magistrados, legisladores, académicos e advogados.

Como refere Sinhoretto (2007), os distintos programas de reformas na justiça passaram, assim, à introdução de uma outra vertente, mais centralizada nos problemas relacionados com a eficiência, eficácia e qualidade do sistema judiciário e, principalmente, os tribunais judiciais. As mencionadas reformas que têm como ponto fulcral o reforço da capacidade de organização e gestão da justiça tornaram-se assim objectivos centrais das agendas de reforma num elevado número de países e integram as recomendações do Conselho da Europa, com especial destaque do *European Commission for the Efficiency of Justice* (CEPEJ). Na base desta tendência está um amplo movimento de transformação da administração pública decorrente das influências da *New Public Management* e da adopção de modelos de gestão orientados para os resultados (Dunsire and Hood, 1989; Painter, 1990).

É senso comum que existe um *deficit* de gestão, organização e planeamento do sistema de judiciário ser responsável por grande parte da ineficiência do seu desempenho a nível funcional. Defende-se, desta forma, a introdução de mecanismos que tenham como objectivos a alteração e organização de métodos de trabalho, uma mais eficaz e melhor gestão de recursos humanos, materiais e dos processos judiciais, e acima de tudo, uma maior e melhor articulação dos tribunais com os serviços que complementam o sistema judiciário (Santos, 2008).

---

<sup>1</sup> "Changes challenge established forms of procedure. While a static situation gives the courts a chance to catch up and anticipate complex litigation problems, a dynamic evolution demands much more productive flexibility and creative inventiveness from legislators, judges, lawyers and scholars." (1995: 469-470)

Contudo, esta é, uma via do processo de reforma estrutural do sistema de justiça muito complexa. Na sua génese, estão implícitos diferentes pontos de vista da configuração do poder judicial e dos princípios que o suportam e, fundamentalmente, da sua relação com todos os outros poderes, principalmente, com o poder executivo. Os modelos de gestão e administração dos tribunais na verdadeira ascensão da palavra têm na sua essência, uma discussão imperial sobre a escala de autonomia/participação dos poderes executivo e judicial. A reforma deste espaço, é portanto, um local onde se pretende descortinar as tensões entre os vários poderes instalados do Estado. Por conseguinte, a defesa dos valores constitucionais importantes da cidadania e a legitimação do processo de reforma e a independência dos tribunais, requerem uma forte e grande participação na discussão das agendas de reforma.

No entender de (Santos, 2008; Sinhoretto, 2007), no que às reformas diz respeito, estas visam uma melhor qualidade e eficiência do sistema judicial, inserindo-se a discussão sobre as medidas e meios de distribuição processual e gestão (*case management/case assignment*). As várias correntes sobre o *case management* surgiram mais ligadas a alguns países cuja a tradição vai de encontro à *common law*, correntes estas, caracterizadas por um processo de tipo adversarial, com poder de conformação do juiz forte, onde este é assessorado por funcionários com específicas competências. Quanto aos sistema continental de raiz burocrática, como refere Santos (2008), a introdução destes métodos de gestão processual apenas recentemente entrou em debate, mas com muita resistência.

A discussão e reflexão sobre os modelos de distribuição da procura judicial, quer dentro da unidade orgânica entre juízes, quer entre diferentes tribunais, confronta-se com questões como o acesso ao direito e à justiça, eficácia, eficiência e qualidade processual, imparcialidade do judiciário, distribuição igualitária de cargas de trabalho e garantias de independência. Os objectivos atrás referidos, apenas serão em parte, alcançados num judiciário que tenha uma visão de gestão sobre os casos específicos que compõem a procura que lhe é submetida, ou seja, que tenha uma visão muito para além da sucessão de actos. Os meios de gestão de processos permitem, desta forma, alcançar uma solução rápida, com qualidade para litígio e justa.

Temos conhecimento que há um longo caminho a percorrer e, certamente, eficácia e da qualidade da resposta à procura judicial passa por mudanças na lei,

aumento da eficiência principalmente nas leis do processo, mas também por mudanças, a nível cultural, quer das magistraturas, quer de aumento da eficiência. Para este novo paradigma de mudança é essencial, contributos de estudos e da reflexão produzida nestes, dinamizar pontos de debate e a criação e desenvolvimento de formação estratégica (Santos, 2008).

Segundo (Schneider, 2005; Santos, 2008), são vários e múltiplos os factores que condicionam a eficiência e a melhoria da qualidade do judiciário e, e por último, da administração da justiça. Normas de organização judiciária, regras processuais, colocação e progressão na carreira dos agentes da justiça, formação e cultura judiciária são factores a ter em consideração quando o objectivo principal e primordial é elevar a qualidade, eficiência e a cidadania da justiça. Condicionantes destes objectivos são, a organização interna das estruturas, que com maior pragmatismo, aproveitamento e eficiência certamente iriam contribuir para uma justiça mais célere e eficaz elevando a imagem e credibilidade do nosso sistema judicial (Santos, 2008; Schneider, 2005).

Neste contexto, este estudo pretende analisar e compreender o fenómeno da morosidade da justiça no funcionamento dos tribunais judiciais. Com este propósito, a morosidade da justiça é aferida através da percepção dos juízes. Deste modo, pretendemos descortinar um conjunto de soluções futuras que contribuam para um sistema judicial mais eficaz e eficiente.

## **1.2 Questões de Partida e Objectivos do Estudo**

Tendo em linha de conta as considerações anteriores, esta investigação será orientada pelas seguintes questões centrais de investigação, as quais constituem o ponto de partida para a realização desta investigação:

- 1- Quais os principais factores explicativos da morosidade no sistema judicial?



## 2- Em que medida o ambiente político condiciona o funcionamento do sistema judicial?

No essencial, a procura de respostas a estas questões permitirá uma reflexão rigorosa e elucidativa dos problemas existentes no sistema judicial, com particular destaque para o fenómeno da morosidade. Neste sentido, propomo-nos caracterizar o “Sistema Judicial” português, enquanto organização voltada para o futuro, capaz de transmitir confiança e qualidade nos serviços que presta à sociedade. Por outras palavras, este estudo pretende proporcionar uma plataforma para a implementação de medidas que promovam a melhoria contínua e a satisfação de quem recorre à justiça. Acreditamos que esta investigação constitui um contributo importante para a promoção de uma justiça mais eficiente, com melhor qualidade e equidade.

### **1.3. Estrutura da Dissertação**

Este trabalho está organizado em cinco partes: a introdução, a revisão da literatura, a metodologia, a análise dos resultados e a conclusão.

O primeiro capítulo é constituído pela introdução. Neste capítulo faz-se a apresentação do tema da investigação, das questões de investigação e dos objectivos propostos, tentando-se reunir de forma sucinta todas as informações necessárias para que se entenda a proposta deste estudo.

A segunda parte é dedicada à revisão da literatura, ao longo da qual são analisados os conceitos de morosidade que consideramos importantes para o desenvolvimento das nossas perguntas de partida. Por conseguinte, a investigação, tem como suporte teórico, uma perspectiva diacrónica do conceito morosidade e uma breve abordagem às teorias dos autores com contributos relevantes. Encetamos um percurso de estudo sobre a morosidade da justiça nas suas diferentes perspectivas, nomeadamente estudos já realizados nesta área. De seguida, abordamos a problemática da morosidade e as reformas estruturais do direito. Abordamos a questão dos bloqueios à celeridade processual e possíveis medidas de combate subjacente a este tema. Seguidamente fazemos uma incursão relativamente à morosidade Civil e Penal. Após a revisão de

literatura e definição das hipóteses gerais de trabalho, chegamos à terceira parte, metodologia, ao longo da qual abordamos as questões relacionadas com o processo de amostragem, instrumento de observação, recolha e análise de dados. Na quarta parte são apresentados os resultados da investigação e na quinta parte as conclusões da investigação e da dissertação.

# Revisão da literatura

---

---

## **2. REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. Perspectivas na análise da Morosidade da Justiça**

O conceito de “Morosidade da Justiça” é difícil de definir. Na linguagem comum, “demora” significa adiar e adiar, e tem uma conotação desfavorável. Como referem Berry e Wysong (2012), no ambiente do tribunal significa que o caso não se move mais rápido que o possível por causa dos problemas que geralmente são reconhecidos como problemas judiciais, isto é, envolve juízes, procuradores e as suas organizações administrativas, bem como os advogados e os seus escritórios. Morosidade da Justiça é tão difícil de definir, pois não só se refere apenas aos problemas relacionados com as regras de procedimento, mas também a formas de trabalho do tribunal. Em matéria penal refere-se à interacção entre o tribunal como organização e o Ministério Público, interacção entre o Ministério Público e a Polícia. Em matéria civil, refere-se à interacção entre o tribunal e os advogados e as empresas, à interacção entre as partes e o tribunal e, por vezes, o oficial de justiça. Em processos administrativos, à interacção entre os órgãos administrativos antes do julgamento. Por último, mas não menos importante, é a interacção organizacional entre tribunais de primeira e segunda instâncias e supremos tribunais. Assim, a complexidade das

situações que envolvem morosidade do tribunal é altamente diferenciada e de alta complexidade (Berry e Wyson, 2012).

Segundo a literatura o conceito de morosidade implica ter em consideração as expectativas e percepções subjectivas da "cultura local legal" (Goerdt 1986; Mahoney 1988) que é diferente em cada ambiente. Um atraso que poderia ser aceitável numa determinada comunidade pode ser inaceitável em outra (Mahoney e Sipes 1985; Melcher 1984). O nível de cumprimento é diferente em cada área e para cada pessoa, mas poderá ser reconhecido que existe um certo limiar crítico além do qual a aversão e a insatisfação para a administração da justiça podem ser muito perigosos para um país que baseia a sua legitimidade democrática em consensos (Fabri 2000). As dificuldades para definir o conceito de Morosidade da Justiça, também colocam vários problemas na operacionalização do conceito de investigação empírica. Por exemplo, o que pode ser considerado Morosidade da Justiça, quando é senso comum que não temos uma definição europeia comum para medi-la. Por conseguinte, as diferentes culturas e contingências do Estado poderão afectar a adopção de diferentes definições de "Morosidade da Justiça.

Neste contexto, e segundo Delgado (2009) uma das maiores críticas negativas que se faz ao actual judiciário diz respeito a sua morosidade na demora da solução de vários conflitos, injusta ou justa e que causa imensos danos à sociedade, por absoluta falta de estrutura física e de servidores públicos. Críticas estas provenientes da classe judicial e da sociedade, pois a demora na resposta pelo Estado-Juiz causam dúvidas e descrença, desequilíbrio social e insegurança. Devido a esta morosidade latente da justiça por responsabilidade estatal, o jurisdicionado, que se vê violado no seu direito, procura através do sistema judiciário a resposta rápida e justa objectivando o bem da vida previsto materialmente. Contudo, ocorre que o procedimento, sob o ponto de vista do autor, será moroso e prejudicial, mas do ponto de vista do réu, será benéfico, pois poderá permanecer por mais um tempo livre de qualquer decisão judicial que satisfaça o direito pleiteado e resistido. Também, deve ser lembrado, antes de qualquer crítica, que o direito de acção é autónomo e não se vincula ao direito material da parte, podendo ser exercido ainda que não possua razão ou possua interesse, sendo mais um e importante argumento para a celeridade procedimental, porque um processo infundado temerário é extremamente prejudicial à sociedade. Mas o tema do presente diz respeito a morosidade do processo e, porque não, do Judiciário, sob a óptica do réu. E desta forma,

a justiça torna-se benévola para com o réu, sendo benéfica e, em não raras vezes, utilizada como obstáculo e moeda de troca em transacções que nem sempre serão justas, levadas pelo desespero do autor que em curto ou longo prazo poderá ver o exercício do seu direito impossibilitado. O que se pode chamar de solução injusta do conflito por total deficiência estatal. Não se pode deixar de lado a morosidade da justiça nos casos em que há flagrante violação de direitos e não se concede a medida de urgência pleiteada, permanecendo a situação de ilicitude, deixando que ao final se resolva em perdas e danos, como se a patrimonialidade fosse a solução para todos os malefícios, esquecendo-se que existem direitos que não se permite a violação (Delgado, 2009).

A Justiça é também morosa para com os réus quando, se deixa de corrigir pequenos erros materiais procedentes em sentença e clarificados pelo autor, forçando-o a apelar, tornando mais demorado o acesso ao bem pleiteado, bem como mantendo o conflito, assolando a sociedade e prejudicando ainda mais a estrutura Judiciária. Não é necessário um esforço silogístico para concluir que toda esta morosidade serve somente para aumentar a sensação de impunidade e impotência do Estado na aplicação e execução do direito (Delgado, 2009).

Na opinião de Ponciano (2007) e Raine (2000) a sociedade actual exige que o poder judicial acompanhe a dinâmica do mundo hodierno, a fim de atender às necessidades sociais emergentes numa nova ordem democrática, considerando a sua função social e a importância da justiça no Estado contemporâneo. Assim, não apenas poderá ser ampliado o acesso à justiça, como também o processo poderá ser célere e não moroso para que a justiça seja prestada em tempo razoável (Ponciano, 2007).

Segundo Sobrio e Sironi (2009) normalmente sai a partir de evidências empíricas, não só em Itália mas também outros países, é que a procura da justiça sobe ao longo do tempo, apesar dos custos elevados. Obviamente, a procura da justiça é influenciada por vários factores, como crescimento da população, a qualidade das leis, outros factores sociais e económicos e os hábitos das pessoas. Mais precisamente, há sectores, como a família ou o trabalho, em que esse aumento na procura é normalmente devido, por um lado, ao crescimento da população e, por outro, por algumas mudanças nos hábitos sociais reconhecidos pela legislação, como o divórcio. Considerando que, existem outros sectores, incluindo os diferendos relativos à terra, à propriedade e obrigações, onde o aumento na procura da justiça, por um lado, não deve ser

influenciado por factores sociais ou económicos, por outro lado, pode ser apenas em parte explicada em termos de crescimento da população. Pelo contrário, argumentamos que, especialmente nestes sectores quem recorre à justiça não está devidamente informado sobre os verdadeiros custos, incluindo a morosidade em propor uma nova acção judicial. Sobre este ponto, o principal problema reside, de um modo geral, na incapacidade técnica dos cidadãos para avaliar a probabilidade de ganhar um conflito. Neste sentido, ou seja, procuram um especialista, mais concretamente um Advogado para as ajudar, no sentido se devem ou não recorrer à justiça. Estes autores defendem que nos distritos onde a concorrência a nível de serviços de advogados é maior, existe um aumento de incentivo a proposição de novas acções judiciais (Sobrio e Sironi, 2009).

## **2.2. Acesso à Justiça**

No entender de Carvalho (2009) uma das dimensões do judiciário é a que denominamos de dimensão do acesso à justiça. Essa dimensão guarda uma relação directa com o aprofundamento da democracia, por se tratar de uma dimensão na qual ocorre o acesso à justiça por parte dos cidadãos. Assim, como afirma (Carvalho 2009), “a democratização da justiça é uma dimensão fundamental da democratização da vida social, económica e política. Neste sentido, a dimensão do acesso não deixa de constituir uma dimensão política na medida em que quanto mais restritivo for o acesso à justiça menos legítimo é o regime político como um todo. Como organismo estatal ao qual cabe distribuir justiça, a difícil equação entre procura e oferta assim como a duração e os custos da prestação judicial é o que será analisado a seguir. Cabe mencionar o significado disso no contexto da crise do Estado em termos económicos. Ampliar o acesso à justiça, aumentar a oferta e desburocratizar a processualística, constitui um debate permanente na Europa. Sobretudo porque há um círculo vicioso numa justiça restrita aos grupos privilegiados, no qual os cidadãos de menores recursos tendem a conhecer pior os seus direitos e, portanto, a ter mais dificuldades em reconhecer um problema que os afecta como sendo um problema jurídico (Carvalho, 2009). Inversamente, pode ocorrer que os sectores privilegiados beneficiem de uma justiça restrita, cara e morosa, expressa na velha acepção comum nos meios judiciários,

segundo a qual “ir a justiça é um bom negócio para quem deve”, particularmente os próprios órgãos do Estado<sup>2</sup>.

Desta forma, e segundo a opinião de Sadek (1999) surge um paradoxo, ou seja, por um lado a pouca procura na imensidão da população marginalizada e por outro lado a elevada procura pelos sectores privilegiados, isto é, usufruindo em excesso a justiça oficial, gozando das vantagens de uma máquina lenta, atravancada e burocratizada (Sadek, 1999).

O acesso à justiça é um direito social fundamental, esse progresso no campo jurídico-constitucional gerou expectativas crescentes de efectivação daqueles direitos pelo Estado, a fim de se garantir a igualdade material. Todavia, qualquer sociedade moderna não estava dotada de condições para tanto, motivo pelo qual as expectativas se voltaram para o Poder Judiciário, que passou a ser provocado para garantir os direitos consagrados nas Constituições. Consequentemente, a morosidade da justiça saltou para a cena mundial e está na agenda política internacional, surgiram novas formas de conflito e abriu-se caminho para o acesso à justiça de várias classes sociais até então reprimidas, o que contribuiu para o protagonismo do sistema judicial e, consequentemente, para o aumento da quantidade de processos, o que se convencionou chamar “*explosão de litigiosidade*”, que teve o seu marco inicial a partir da década de 70, isso, desde que um amplo espectro de movimentos sociais – centros de defesa de direitos humanos, comunidades de base, comissões eclesiais de base, movimentos de minorias, sindicatos, organizações não-governamentais, etc., emergiu entre os anos 70 e 80 procurando ampliar o acesso dos segmentos marginalizados e pobres da população à Justiça (Ponciano, 2007).

Como refere Ponciano (2007), diante deste quadro, o poder judicial não estava preparado para responder com efectividade a essa explosão de litigiosidade. Assim, ao mesmo tempo que se evidenciou o protagonismo do sistema judicial, cresceu a insatisfação social com esse Poder, pois este não estava – e ainda não está – dotado de condições para atender a esse crescente numero de processos que invadem e colonizam os tribunais, seja na área de recursos humanos, seja nos recursos tecnológicos ou materiais, tanto que a questão da morosidade da prestação jurisdicional é discutida abertamente pelos três poderes, por todos os operadores do direito e pela sociedade interessada na busca de uma prestação jurisdicional célere e eficiente (Ponciano, 2007).

---

<sup>2</sup> Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Económicos, Sociais e Políticos de S. Paulo (IDESP) e Gazeta Mercantil, na segunda metade da década de 1990, mostra que não obstante a crítica dos empresários quanto ao custo e a morosidade da justiça esse facto não implica em prejuízos (Sadek 1997).



Neste contexto, e para Santos (2000) relativamente a um futuro próximo, quanto às novas tarefas, uma de entre várias questões que se vai colocar, nos próximos anos, ao judicial é aquilo a que podemos apelidar de despolitização da regulação social. O Estado, eventualmente, poderá não ter que ter o monopólio e regulação da sua sociedade. Esta pode incorporar instituições privadas, não lucrativas ou lucrativas, e o Estado possivelmente, tem é que de alguma maneira exercer a chamada meta-regulação. Significa dizer por outras palavras, que em vez de termos um sistema administrativo, temos um sistema contratualizado. Desta forma, surge a despolitização da regulação social, isto é, a sua contratualização (Santos 2000). Mas, ao contratualizar teremos conflitos. Conflitos estes, entre actores com enorme poder que, muitas vezes, substituem o que podemos chamar de monopólios estatais por monopólios do foro privado. E se o monopólio estatal está sob alçada de um controlo democrático, o monopólio privado (sistema judicial), normalmente, não está. Assim, a despolitização da regulação estatal pode provocar com que o sistema judiciário se tenha que defrontar com agentes económicos muito fortes, sem os poder controlar politicamente. Naturalmente existem normas de regulação, mas estas têm sempre muita dificuldade de operar — é o que acontece nos dias de hoje em Portugal. Eventualmente, e num futuro próximo, será maior a prevalência das grandes actividades económicas nacionais e transnacionais, tanto ilícitas como lícitas, o tráfico de armas, a criminalidade da droga e até os contratos internacionais. Em suma, o acesso à justiça pelo exposto acima, deveria levar-nos, eventualmente, a reflexões, exposições e a debates que nos levarão a vislumbrar raios de esperança e a encontrar caminhos para a construção de uma Justiça condizente com os anseios de uma sociedade hodierna (Santos, 2000).

### **2.3.Globalização do Direito**

Assistimos recentemente à globalização do Direito. Como refere Santos (2000) cada vez mais se fala das Faculdades de Direito espalhadas pelo mundo. A saber, a Faculdade de Direito de Harvard pretende ser uma "*Global Law School*" e compete com a Universidade de Nova Iorque que também tem agora a sua própria "*Global Law School*". Desta forma, prevalece a ideia de que o Direito, eventualmente, não é apenas e só nacional, poderá ser transnacional e, naturalmente, tem de corresponder a todo um

surgimento de negócios, de actividades sociais e económicas, ilícitas e lícitas, actividades estas com lugar a nível transnacional (Santos, 2000).

Convém salientar, na Europa temos vindo a assistir a uma tensão crescente entre o poder judicial e o político, o que não acontece no sistema americano. No sistema americano sempre existiu um grande elo ligação entre o poder judicial e o poder político, acima de tudo, na eleição e nomeação dos magistrados; por conseguinte, o maior protagonismo do sistema judicial não criou uma tensão entre estes dois poderes, porque estes estão muito ligados. Este sistema não é o da Europa Continental. A transferência de legitimação teve várias consequências. Por um lado, sobrecarregou enormemente o judiciário. Esta sobrecarga em Portugal ocorreu essencialmente a partir dos anos 80. A partir desta data assistimos a transformações bastante significativas na esfera judicial, mais especificamente na área criminal. Por outro lado, não menos importante, que convém salientar, é que se a política se judicializou, o sistema judiciário politizou-se, tornando-se, desta forma, mais visível do ponto de vista político. Ao estar no centro do judiciário, lugar discreto e burocrático do judiciário nas décadas de 60 e 70, desaparece (Santos, 2000). Este aumento de visibilidade pode dar-se de duas maneiras. É uma visibilidade ambígua porque é uma visibilidade como problema e como solução. Isto é, ou o sistema judicial torna-se visível porque resolve os problemas negativos que os outros sectores ou instâncias não resolvem, e aí sim, o seu papel assume protagonismo positivo, ou torna-se visível como problema porque afinal também este não consegue solucionar os problemas. Entre estes dois protagonismos antagónicos, existe um intervalo mínimo, onde facilmente se passa de um lado para o outro (Santos, 2000).

## **2.4. A Morosidade da Justiça e o seu impacto na Economia**

A morosidade da justiça pode ter um forte impacto na economia de um país ou em qualquer sociedade, e espelha o aumento de interesse no papel das instituições enquanto garantes do desenvolvimento económico dos países (North 1981; Olson 1996). Esse crescente interesse não é obra do acaso, ele reflecte o facto de que, em economias de mercado, como é o caso de países em vias de desenvolvimento, desenvolvidos ou em transição, os agentes económicos são mais relevantes do que quando é o próprio Estado que coloca em acção a actividade económica, essencialmente

em determinados sectores em que contratos intertemporais são norma, por exemplo, o caso do mercado de crédito e da infra-estrutura. Na mesma corrente de opinião Pinheiro (2001), afirma que, o pouco impacto com os resultados das reformas direccionadas para o mercado em determinadas nações, como é o caso da antiga União Soviética e da África Subsaariana, têm feito crescer o reconhecimento de que a gestão e a qualidade das empresas e instituições reflectem, em parte, as elevadas diferenças económicas entre algumas nações (Pinheiro, 2001).

#### 2.4.1. A Avaliação da qualidade do Sistema Judicial

O Banco Mundial no seu relatório de 1997, sobre o desenvolvimento mundial, menciona três factores fundamentais, que seu entender, caracterizariam um bom sistema judicial: eficiência de gestão, independência e instrumentos para implementar suas decisões. O Banco Mundial assume a independência do resto do governo como a mais relevante destas, por ser esta fulcral para assegurar que o poder executivo cumpra a lei e responda pelos seus próprios actos. Porém, a efectividade da Justiça depende também, da capacidade de implementação das decisões tomadas. Significa isto, na prática, dispor de poder suficiente de coerção, não só em termos legais, mas acima de tudo no que a recursos humanos diz respeito e em termos financeiros. Por exemplo, dispor de um razoável número de oficiais de justiça para apresentar determinadas decisões estratégicas e documentos judiciais, para confiscar e dispor de propriedade, entre outros. Também nesta esteira, um elemento essencial, é dispor de um bom poder policial efectivo para o bom funcionamento do sistema judicial. A terceira condição, e muito relevante, para que o sistema judicial seja eficaz é que este se mostre eficiente, sem este, só a morosidade são vencedora.<sup>3</sup>

#### 2.4.2. Problemas do Sistema Judicial na Economia

Pinheiro (2001) refere que, os problemas com que se defronta o sistema judiciário na maior parte dos países em transição ou em desenvolvimento,

---

<sup>3</sup> No seu relatório o Banco Mundial nota que um processo leva em média 1500 dias para ser concluído em países como o Brasil e o Equador, contra apenas 100 dias na França. Longas demoras aumentam os custos de transacção na resolução de disputas e podem bloquear o acesso ao judiciário de potenciais usuários.

eventualmente prejudica o seu desempenho económico em vários aspectos: desincentiva a especialização e dificultando a exploração de economias de escala, estreita a abrangência da actividade económica, leva ao desencorajamento de investimentos e a utilização do capital disponível, distorce o mecanismo de preços, ao introduzir determinados riscos adicionais nos contratos e negócios, e essencialmente, diminui a qualidade económica política (Pinheiro, 2001).

Para se perceber essa influência, e para avaliarmos a sua relevância quantitativa, é necessário antes de mais definir indicadores que nos permitam pensar a qualidade do desempenho do judiciário relativamente ao funcionamento da economia. Isto é, é fundamental termos um critério para avaliarmos o que de facto é um bom sistema judicial. Definições genéricas, tais como, um bom sistema judicial é aquele que possa assegurar que a justiça seja aplicada e acessível a todos da mesma forma, que deveres e direitos sejam sempre respeitados, além de que estes sejam aplicados com baixo custo para toda uma sociedade, embora captem o essencial do problema, são de muito difícil aplicação e utilização na prática” (Pinheiro, 2001).

A análise empírica do impacto do sistema judicial sobre o desempenho económico é dificultada pela falta de um bom paradigma de qualidade do judiciário e pelo facto de que este varia pouco no tempo dentro de um mesmo país. Uma série de trabalhos tem, tentado quantificar essa influência através de análises de *cross-sections* de nações assentes na génese de convergência condicionada, na qual se assume que a qualidade do sistema judicial pode influenciar o rendimento *per capita* de equilíbrio de determinados países, e, tudo o mais, a rapidez com que o PIB *per capita* aumenta. Estes estudos de uma forma geral demonstram a importância do bom funcionamento do sistema judicial para o desenvolvimento económico, ainda que as limitações desse método não devam ser ignoradas. A maior dificuldade com este método é que a produção do sistema judicial depende, quer da quantidade de serviços, quer da sua qualidade, sendo a relevância desta última maior relativamente aos outros sectores, e para além do mais, sujeita a subjectividade (Pinheiro, 2001). Desta forma, a sugestão Hay (1996), torna-se atraente, de que a qualidade do judiciário, tenha em consideração a redução da morosidade da justiça, seja verificada pela frequência com que os cidadãos recorrem ao judiciário e não a outros mecanismos porventura concorrentes de solução de conflitos e essencialmente de aplicação da lei: Para se tornar mais competitivo que os outros mecanismos, o judicial eventualmente deve, acima de tudo, mostrar-se mais

desenvolvido e eficaz do que os restantes mecanismos concorrentes, normalmente privados, na solução de conflitos e do estabelecido nos acordos.

Porém, e na opinião de Williamson (1994-1995) o pouco uso da justiça pode reflectir não o seu menos bom desempenho, mas eventualmente a qualidade superior de outros meios de solucionar conflitos e fazer com que os contratos sejam estritamente respeitados, ou, por outro lado, não apenas o sistema judiciário mas também outras instituições podem ser entendidas como fornecedores serviços dispendiosos e de uma qualidade duvidosa. Uma forma de eventualmente corrigir esse efeito é utilizar um meio ainda mais indirecto de avaliar o desempenho do sistema judicial, olhar o perfil das transacções que efectivamente têm lugar na economia, particularmente, a frequência com que ocorrem transacções dependentes do bom funcionamento do judiciário, como por exemplo, transacções complexas, com elevado grau de especificidade, em que estejam envolvidos agentes económicos autónomos e escalonadas no tempo (Williamson, 1994-1995).

#### 2.4.3. Análises da Morosidade da Justiça: uma Perspectiva Internacional

A análise em *cross-section* do efeito da justiça sobre a economia apresenta, entre várias, duas importantes limitações. Primeiro, informa muito pouco sobre os canais através dos quais os judiciários e o crescimento económico interagem entre si. Segundo, a maioria dos estudos socorre-se de medidas indirectas e muito pouco precisas da qualidade dos judiciários. O estudo de países individualmente, nos quais o impacto e a qualidade do judiciário tem, ou não, sobre o desempenho económico podem ser aferidos directamente, permitindo, em certa medida, superar essas limitações atrás referidas.

Entre 1996-97, o Instituto de Estudos Económicos, Sociais e Políticos de S. Paulo (IDESP) realizou duas pesquisas em vários grupos de empresas com o fito de conhecer a sua opinião sobre o desempenho do judiciário brasileiro, e acima de tudo, identificar como e em quanto esse desempenho afectava as decisões destes. No geral, as pesquisas efectuadas detectaram uma reacção muito forte dos empresários, que mencionavam o mau funcionamento do sistema judiciário com um grau negativo muito levado no desempenho da economia. Entretanto, estes não conseguiram explicar de que

forma isto ocorria. Pelo contrário, a percepção dos empresários é, algo paradoxal, de que o sistema judicial não afecta significativamente, pelo menos, na sua maior parte, nas decisões e actividades de investimento das empresas. A sensação que prevalece é que as empresas encontraram mecanismos para evitar o Judicial, e que em muitos casos as empresas não dispõem de um entendimento claro de como estes procedimentos prejudicam o seu desempenho.

Por conseguinte, a falta de noção da magnitude com os custos incorridos com funcionamento menos conseguido do judiciário é apresentado na Tabela 1, onde se entende que metade dos elementos da amostra afirmou que o mau funcionamento do judicial prejudica muito o desempenho da economia, por outro lado, apenas um quarto respondeu que o fraco desempenho do judicial afecta muito as suas empresas e grupos económicos<sup>4</sup>. As respostas a essas questões confirmam uma conclusão que transparece ao longo da investigação do IDESP: as empresas brasileiras estão de tal forma organizadas que evitam qualquer contacto com o Judicial, mesmo que implique a perda de possíveis negócios ou transacções, utilizar máquinas em vez de trabalhadores, produzir de forma eficiente, etc.. O sistema judicial pouco afecta a vida dos grupos económicos e ou das empresas pois elas evitam ao limite, mas é exactamente por as empresas adoptarem este paradigma que a economia é fortemente prejudicada.

**Tabela 1**

**Impacto do mau funcionamento do judiciário na economia e na empresa (%)**

	O mau funcionamento do judiciário prejudica a economia?	O mau funcionamento do judiciário prejudica o desempenho de sua empresa?
Prejudica seriamente	50,2	25,4
Prejudica um pouco	45,9	66,3
Não prejudica	3,9	7,5
Sem opinião	0,0	0,7
Total	100	100

Fonte: Pinheiro (2000)

<sup>4</sup> Pesquisas semelhantes realizadas no Peru e na Argentina também encontraram um contraste similar entre a visão do impacto do mau funcionamento da justiça sobre a economia e sobre as empresas. No Peru, 85,3% dos entrevistados apontaram que o mau desempenho do judiciário afectava seriamente a economia, enquanto 40,6% eram de opinião que o mesmo ocorria com as suas empresas (Eyzaguirre, Andrade e Salhuana, 1998). Na Argentina, 93% dos respondentes apontaram que a situação actual da justiça afectava negativamente a competitividade da economia nacional com relação a outros países, mas “apenas” 57% apontaram que o mesmo ocorria com as suas empresas (Foro para la Administración de Justicia, 2000).

Seguindo esta corrente, e como refere Pinheiro (2001) há de facto muitas razões para que os judiciários eficientes estimulem o crescimento da economia de um país. Ao proteger os direitos contratuais, a propriedade, diminuir a instabilidade económica e coibir a expropriação pelo Estado, sistemas judiciais fortes, imparciais, independentes, previsíveis e ágeis estimulam a eficiência, o progresso tecnológico e o investimento. Os estudos empíricos demonstram que o sacrifício em termos de crescimento da economia da ineficiência judiciária é muito significativo. Como tal, e sendo senso comum, sobre a importância de bons sistemas judiciais para o desenvolvimento económico de um país, a reforma dos judiciários em países em desenvolvimento tem-se demonstrado lenta ou praticamente inexistente. (Pinheiro, 2001).

#### 2.4.4. A Ineficiência Judicial

Por conseguinte, e no entender de Lippert (2001) a ineficiência ligada a uma morosidade da justiça latente, não preocupa apenas pelas injustiças que provoca, especialmente entre os mais pobres. Considerando que a literatura demonstra que dela também resultam elevados custos económicos, particularmente para uma economia que já entrou no que a estágio de reformas diz respeito. Quatro das vertentes nas quais o sistema judicial provoca o desempenho económico são: o progresso tecnológico; a eficiência das empresas; o investimento e a qualidade da política económica (Pinheiro e Cabral 2002). Um bom judiciário contribui para o crescimento económico, e protege a propriedade intelectual, desta forma, estimula a difusão de tecnologia e o desenvolvimento. Indirectamente, há uma redução nos custos de transacção e estimula as empresas a elevar o número e a dispersão geográfica dos seus negócios, o que provoca a difusão de conhecimento, científico e também de gestão, de finanças e marketing (Lippert, 2001). Directamente, aumenta os investimentos no país e facilita a aquisição de tecnologia de ponta em outros países. Um judiciário com ineficiência e morosidade afecta gravemente o crescimento, pois eleva o risco e os custos de transacções, desta forma, distorcendo a máquina de preços e a alocação de recursos. Na opinião de Collier (2000), o caso dos *spreads* bancários é um bom exemplo, cujo alto valor, em parte, se deve à ineficácia do judiciário. Por um lado, porque o banco não pode contar com o judiciário para reaver no mais curto espaço de tempo as garantias fornecidas, uma cobrança judicial pode levar vários anos, e tem de existir uma

compensação financeiro extra no *spread*. Por outro lado, porque a morosidade da justiça obriga os bancos a manter toda uma burocracia responsável por seguir os longos processos judiciais no que a de cobrança de dívidas diz respeito, provocando um custo adicional na parte administrativa, parte esta, que também é incorporado nos *spreads* (Collier, 2000).

Na opinião de Guisari (2000), o mercado de crédito imobiliário é um bom exemplo de um caso em que os custos e riscos de transacção introduzidos pela forma de actuação do judicial são tão altos que praticamente provocam a inexistência do mercado. Porque desta forma, determinados acordos/contratos não são suficientemente garantidos, as empresas podem, se assim o entenderem, decidir não celebrar determinados negócios, não colocando a sua produção entre mercados e clientes da melhor forma, tornando assim os recursos ineficientes. Além disso, podem tender a verticalizar-se, chamando ao seio da empresa, actividades que eventualmente poderiam ser eficientemente e melhor desenvolvidas em empresas com especialização adequada (Guisari, 2000).

O estudo desenvolvido por Langbroek (2005) sugere que, um sistema judicial, com maior celeridade, poderá principalmente proporcionar que as empresas, grupos económicos e indivíduos se sintam protegidos para fazer investimentos em determinadas áreas específicas, sejam eles em capital humano ou infra-estruturas. O impacto da qualidade do sistema judicial sobre o investimento será tanto maior quanto mais específica e especializada for a natureza deste investimento. Isto porque uma vez concretizado determinado e específico investimento, é normal a outra parte envolvida num negócio tente agir oportunisticamente e tente expropriar o responsável do investimento, pretendendo apenas pagar o custo variável de provisão do serviço alocado (Langbroek, 2005). Dado que a produção frequentemente especializada necessita de específicos activos a uma transacção, por conseguinte, os contratos nessa esfera são, de um modo geral, prejudicados pela capacidade das partes envolvidas se furtarem ao cumprimento previamente acordado entre elas. Particularmente, os agentes privados envolvidos só procederão a investimentos de alta especialização se sentirem segurança de que os acordos ou contratos que garantem as suas actividades económicas serão cumpridos integralmente e dentro da lei. Não é suficiente, neste caso concreto, que exista um contrato entre as partes envolvidas que estipule que o pagamento inclua também a remuneração de capitais. Fundamentalmente, é necessário que não exista ou



pouco notória, morosidade no sistema judicial, que este se mostre eficaz e independente, e que arranje mecanismos que esse contrato seja respeitado (Pinheiro, 2001).

Como referem Brunetti e Weder (1995), a morosidade da justiça está relacionada com a instabilidade das leis e das políticas, que por conseguinte, reduz as taxas de crescimento económico. Embora, a instabilidade na aplicação das leis, medida pelo grau de transparência no processo de aplicação da lei, por indicadores da extensão da corrupção e pelo grau de favorecimento no âmbito político, não demonstra nenhum efeito relativamente ao crescimento, e, os autores concluem que enquanto os empresários aparentam sair-se bem ao lidarem com os poderes discricionários dos burocratas e dos juízes, por outro, reagem menos bem aos danos provocados pela incerteza nas políticas e nas leis (Brunetti e Weder 1995). A sugestão de Williamson (1995), outra das eventuais hipóteses para combater a morosidade da justiça, dever-se-á utilizar os determinados padrões de contrato que prevalecem na economia para se avaliar directa ou indirectamente o desempenho dos sistemas judiciais, sugestão esta, também mencionada por um grande número de autores<sup>5</sup>. A proporção de moeda contratualmente intensiva como uma das várias medidas da intensidade nas transacções referentes à economia eventualmente dependentes do sistema judicial, evidenciam a morosidade da justiça, bem assim como, identificam uma relação positiva e significativa estatisticamente, o crescimento do PIB e entre a taxa de juro, desta forma concluindo que a morosidade da justiça retrai o crescimento através de seu impacto sobre o investimento, mas não sobre a eficiência.

## **2.5.A Morosidade e as Reformas Estruturais do Direito**

Segundo Tavolaro (2002) os principais factores para a morosidade da justiça situam-se em diversos planos, tais sejam, a deficiente organização administrativa dos serviços no sistema judicial, o aumento do “*animus litigandi*” do cidadão em geral, o número insuficiente de juízes, a lassidão e o despreparo de muitos deles, o exercício da

---

<sup>5</sup> Clague, Christopher, Philip Keefer, Stephen Knack e Mancur Olson. 1995. "Contract-Intensive Money: Contract Enforcement, Property Rights and Economic Performance". IRIS Working Paper 151.

advocacia por profissionais menos bem formados, e a legislação complexa, originam querelas, a manobras das partes, vestidas de alegada protecção de direito constitucional.

Por conseguinte, a organização administrativa dos serviços no sistema judicial coloca-se inoperante e deficiente. Transparece que, todo o progresso conseguido na ciência da administração passou despercebido ao Poder Judicial, porque este se mantém ainda fiel a conceitos seculares.

Outra razão para a morosidade dos serviços judiciários é, sem dúvida, o aumento do “*animus litigandi*” dos cidadãos. Antes cordato, sempre aberto ao acordo, sem querer levar o caso às últimas consequências, hoje em dia mudou (Tavolaro, 2002).

Reflexo da consciencialização crescente dos direitos individuais, ainda nos falta talvez o comedimento que a vida hodierna provoca, com as suas exigências e pressões, torna cada vez mais distante o seu alcance. O medo que tinha o cidadão comum de ser chamado à Justiça, não existe, sendo mesmo raro hoje o cidadão que não seja ou tenha sido parte num processo, quer como réu, quer como queixoso, ou parte em acções sindicais, cíveis ou plúrimas, em acções contra o Estado, sendo relegadas as velhas questões de locação e vizinhança a um simples e modesto último lugar nos casos levados aos tribunais.

A responsabilidade dos magistrados judiciais é causa com alguma relevância da morosidade da justiça. Há muitos juízes, alguns muito bons, pois a Justiça é a última fonte do cidadão para a defesa de seus direitos, entretanto, assiste-se nos dias de hoje ao crescente desprestígio do sistema judicial.

Em primeiro lugar, cabe colocar em relevo o despreparo de muitos juízes, jovens inexperientes da vida e do Direito. Revelam bons conhecimentos do Direito, pois fizeram a faculdade com o fito de prestarem provas para o Ministério Público ou para juiz, têm um conhecimento livresco do Direito, mas inexperientes dos casos da vida, cresceram, a maior parte, quase sempre em ambiente de nível familiar, são chamados a julgar questões de família que apenas conhecem da televisão. Falta-lhes o tirocínio, e talvez uma passagem pela advocacia, lhes viessem a agregar determinados conhecimentos em falta. Em segundo lugar, existem magistrados judiciais que se revelam tímidos e timoratos, com verdadeiro receio de tomar decisões, com medo, talvez, de incorrer em censura pelos seus colegas mais velhos dos tribunais superiores (Tavolaro, 2002).

Possivelmente, os advogados não estão também isentos de culpa, com conhecimento superficial do direito, despreparados, produtos de empresas de diplomas como acontece em algumas Universidades privadas.

Finalmente, uma das maiores causas da morosidade da Justiça é a legislação. Não somente a legislação processual, e formal mas também a legislação material, confusa, complexa, múltipla e contraditória. Legislação esta descuidada, nas questões tributárias e providenciárias ditadas por sanha arrecadadora e razões orçamentais provocadas pelas falhas da governação, dá ensejo a várias questões que constituem cerca de 70% das acções pendentes nos tribunais, além disso, as absurdas orientações do governamentais às suas procuradorias para persistirem até o fim em questões já sedimentadas que somente atravancam os tribunais, faltando vontade política e coragem para estancar estas questões.

A legislação processual, tornou-se assim, campo de digressões científicas para nela serem colocadas novidades que, sempre com as melhores intenções, redundam em autênticos fracassos. A lei não é por ser antiga que deve ser revogada, a lei deve ser, na medida do possível, perene, sujeita apenas a sua modernização hermenêutica e aplicação sensata, sem necessidade de novos textos complexos. Relativamente às novas leis, haverá necessidades, porém, para contemplar factos novos que a vida hodierna apresenta. Convém salientar que a interpretação dos tribunais e aplicação do Direito não é obra cerebrina de juízes, mas sim fruto de toda uma formação em que, doutrina e vivência e advogados têm papel de destaque. Se queremos uma nação justa, sem retroceder ao estado primitivo do direito do mais forte, em que se faziam valer as razões pelas próprias mãos, é fundamental e indeclinável o processo mais apto e rápido a realizar o ideal de justiça.

No entender de Furtado (n.d) a morosidade da justiça poderá eventualmente advir, segundo autores pesquisados, por exemplo, o sistema judicial não se apetrechou estruturalmente para fazer face ao número de recursos judiciais, aspectos materiais, instalações precárias e obsoletas, burocracia de acúmulo de documentos nos últimos anos. O judiciário apesar das garantias, atribuições e estrutura, ainda não caminhou no que se refere à distribuição da justiça, como possivelmente deveria acontecer num Estado de direito democrático. As decisões da justiça em todos os países da Europa são voltadas para a manutenção de privilégios das classes dominantes, e conter dentro de determinados limites as classes dominadas, isto é, os excluídos de toda espécie. (Furtado n.d.)

### 2.5.1. Possíveis Reformas para um Sistema Judicial mais célere

A visão de Silva (2007) no que à morosidade diz respeito, refere-se a proposta de reforma do Poder Judiciário sobre a instituição de um órgão fiscalizador. Quanto ao controlo externo do Poder Judicial, no que tange a sua competência jurisdicional todos profissionais do direito e doutrinadores são contra, apesar de alguns autores entenderem que, nesse quesito, o Judiciário tem sido lento e injusto. Porém, quanto às suas atribuições administrativas e financeiras, são a favor da criação urgente de um órgão de controlo, que deve ser composto por representantes do Sistema Judiciário, Legislativo, Executivo, Ministério Público e representante da sociedade civil. A falta de transparência pública na prestação de contas das suas actividades administrativas e financeiras está a despertar na sociedade um grande descontentamento e descrédito nesse Poder, estando aí talvez uns dos factos geradores de sua crise, a morosidade. Muitos autores e operadores do direito indicam medidas de ordem externa e interna nas instituições, entre elas, a criação de tribunais regionais de Recursos com limites de número de comarcas e a eliminação de prazos especiais para contestar e recorrer ao Governo e ao Ministério Público. Estas medidas de ordem externa e interna na visão de Silva (2007) são as seguintes: Todas as acções passariam a ser dúplices, eliminando-se as acções paralelas e as reconvenções, com o intuito de reduzir o volume processual, coibir os recursos em matéria que já tenha jurisprudência sumulada, eliminação do reexame necessário ou recurso de ofício e os prazos especiais para contestar e recorrer oferecidos ao Governo e ao Ministério Público, aumento do número de Juízos em determinados Distritos Judiciais. eliminação do terceiro grau de jurisdição e por último a criação do cargo de ouvidor em cada comarca.

Para Dallari (2002) a grande reforma a qual eventualmente deve ocorrer no Sistema Judiciário para minorar a morosidade da justiça, e a mais importante entre todas, é a mudança de mentalidade. Embora se tenha tornado comum, na linguagem do povo, a referência ao Judiciário como sendo “a Justiça”, facto é, que na grande maioria das decisões judiciais, pricipalmente dos tribunais superiores dos Estados e do país, fica visível que existe a preocupação bem maior com a legalidade do que propriamente com a justiça, o que se espera com o enfoque de acesso a justiça é a operacionalização de

reformas cautelosas com plena consciência das suas potencialidades e limites dos Tribunais regulares, do procedimento comum e dos procuradores. Constatou-se também, que os principais problemas enfrentados pelo Poder Judiciário não têm as mesmas causas e nem provocam as mesmas consequências, eles são de ordem institucional, estrutural e de funcionamento entre outros, tais como a corrupção, interferência política, problemas sociais e económicos, sistema educacional e ensino jurídico, recursos humanos, que dão causa à morosidade judicial e a deficiência na aplicação da Justiça. Esta crise pela qual está a passar o judiciário é complexa e grave e que por isso carece de uma ampla reflexão e discussão, transparente democrática em toda a sociedade, desnuda de interesses sectoriais e corporativos. Para que esses problemas enfrentados pelo Poder Judicial causadores das suas crises, possam ser combatidos, seria necessário um direito alternativo, uma reforma do judiciário, a criação de um órgão fiscalizador do sistema judicial e reestruturação da organização judiciária, medidas estas, que poderão auxiliar na melhoria dessa prestação jurisdicional tornando o acesso à Justiça mais barato, célere e acessível a toda a sociedade, principalmente a de menor poder aquisitivo (Silva, 2004).

Para uma suposta melhoria do Sistema Judicial, possivelmente seria conveniente apresentar, propostas acabadas, o objectivo é provocar discussões e reflexões sobre o acesso à Justiça de todos os cidadãos. Não se propõe uma Justiça “mais pobre”, nem “para os pobres”, mas para todos, indistintamente, porém, devemos priorizar os menos favorecidos, pois eles são os que mais sofrem com as desigualdades sociais, disponibilizando a todos os cidadãos uma Justiça moderna e solidária (Silva, 2004).

Como refere Rios (2008) a justiça talvez necessite de eliminar certos anacronismos, tendo como objectivo discutir a possibilidade, no ordenamento jurídico actual, de restrição à interposição de recursos, ou mesmo extinção de alguma espécie, ante os princípios constitucionais do duplo grau de jurisdição e da razoável duração do processo. Tal discussão dá-se em razão do problema que se apresenta em relação ao Poder Judicial, às voltas com uma enorme quantidade de feitos para julgamento, dos quais uma grande parcela são recursos dirigidos aos tribunais, o que causa uma longa duração dos processos. Essa realidade da morosidade da justiça na tramitação dos casos tem gerado um descrédito na justiça como instituição, trazendo uma sensação de abandono jurisdicional àqueles que necessitam de uma resposta pronta e efectiva do Estado-Juiz (Rios 2008).

Discutidas essas questões, conclui-se pela possibilidade da limitação, com a apresentação dos meios já implementados na busca da solução desse panorama, e de outros possíveis instrumentos para tal desiderato. Dos autores consultados, Hoffman é um dos poucos que ousa expressar em anos qual seria a duração média do processo civil. Afirma de forma empírica e como genericamente, socorrendo-nos da experiência profissional, arrisca dizer que a duração média de um processo na Europa é de três anos, considerando que o caso seja tratado em primeira instância, com recursos e cortes constitucionais. É certo que o autor não considerou o tempo de execução no cálculo que fez. Num determinado ponto de vista, também pela experiência profissional, lidando com processos de todos os cantos do país, poder-se-á dizer, mesmo à míngua de trabalho estatístico, que esse tempo médio de duração do processo civil é maior. Estimado em torno de quatro anos (Rios 2008).

Segundo o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (2007), seriam necessárias reformas mais congruentes do Código de Processo Civil a partir de 1994. Seria adequado como princípio da celeridade processual de forma explícita, as alterações quase que exclusivamente voltadas à resolução da excessiva duração dos processos, principalmente no que diz respeito à limitação e dificuldade à interposição de recursos, com vista a prestar ao jurisdicionado a justiça célere, efectiva, a que tem direito, a fazer valer a garantia fundamental da razoável duração do processo. Poder-se-á afirmar, que a maior causa da duração demasiada dos feitos que tramitam no sistema judicial se dá em função do prazo impróprio, pois em razão do acúmulo de feitos em tramitação, principalmente de recursos nos tribunais, os juízes e os auxiliares da justiça não conseguem dar resposta satisfatória que é necessária. Sem deixar de atribuir a esses agentes a parcela de culpa que lhes cabe nesse jogo, seria injusto furtar-se de reconhecer que a responsabilidade pelos serviços judiciais, pela inclusão de grande parcela da sociedade, antes à margem dos serviços judiciais, aumentou consideravelmente após a promulgação de algumas leis a partir de 1994, sem que houvesse, paralelamente, um incremento na estrutura física e do material humano do Poder Judiciário, tanto a nível nacional como internacional. É visível, segundo dados comparativos sobre o número de feitos que é distribuído para cada juiz em outros países, chegando esse número a ser maior em mais de cinco vezes àquele que seria aconselhável de acordo com estudos internacionais. Em alguns casos, recebem os juízes portugueses num mês o que os seus colegas americanos recebem num ano (OPJP).

Segundo Ng (2007) é visível que o desenrolar de uma acção por tempo mais que o razoável para o alcance da decisão final fere a efectividade da prestação jurisdicional, paira no ar uma sensação de injustiça quando a decisão, mesmo escorreita, venha em momento tardio. Tem eficácia, porque apta a produzir efeitos, porém não foi eficiente, porque foi tardia. Zavascki (2001) em reflexão sobre o tema, afirma que “não basta à prestação jurisdicional do Estado ser eficaz, impõe-se que seja também expedita, pois que é inerente ao princípio da efectividade da jurisdição que o julgamento da causa se dê em prazo razoável e sem dilações indevidas.”

Como refere Nelken (2004), não se pode falar em celeridade da prestação jurisdicional sem se falar que também contribui para a efectividade processual por esse prisma, a utilização de tutelas jurisdicionais diferenciadas. O ordenamento jurídico tem de dar a resposta que o caso exige, numa construção de tutela adequada ao caso concreto. Não é possível mais subordinar-se a maioria dos casos judiciais ao velho e demorado procedimento ordinário, a figura fulcral é o juiz para o alcance da efectividade da jurisdição, deixando o papel de simples intérprete da lei, possivelmente, deverá assumir um papel mais activo, de construtor mesmo da tutela que o caso exige, dentro dos parâmetros legais e constitucionais já existentes no ordenamento jurídico, não se conformando com métodos arcaicos para o caso que se apresenta.

## **2.6.Bloqueios à Celeridade Processual**

Como referem vários autores (Adorno e Pasinato, 2007; Rangel 2000) hoje aceite, pacificamente, por toda a comunidade científica, que os problemas do Sistema Judicial incluindo a morosidade, assentam, na sua verdadeiragénese, em duas causas: o excesso de pendência processual que decorre, fundamentalmente, do aumento progressivo da conflitualidade social, canalizada para os tribunais, onde os cidadãos procuram a solução dos seus problemas, e o excesso de legislação tecnicamente mal feita e complexa que, de uma forma ilusória e enganosa, procura resolver as várias crises do Sistema Judicial. Estas causas contribuem para a morosidade da Justiça, "estrangulando-a" e impossibilitando a resolução, em tempo útil, das questões que são colocadas em tribunal pelos cidadãos comuns. A Justiça deixa de estar ao serviço do povo, não esquecendo que esta existe para o servir, passando a estar à disposição,

apenas, do cidadão mais forte e poderoso, designadamente daquele que beneficia do seu profundo atraso e da sua incapacidade. A Justiça actualmente está ao serviço dos mais ricos e trata de forma desigual os cidadãos, basta, olhar-se, em matéria criminal, as prescrições que aconteceram em determinados processos em toda a Europa.

É neste turbilhão de ideias, de novas concepções, que temos caminhado. Neste mundo novo, o homem e a sua condição humana, a fraternidade e a solidariedade, deixaram de ser a preocupação central, para passar a ser a procura do lucro, neste mercado desumano e sem paradigma, onde o homem é aliciado ao consumismo sem precedentes. A intolerável política de concessão de crédito ao consumo adoptada em vários países da Europa é, eventualmente, responsável pelo caos que invadiu os tribunais, sendo responsáveis, as seguradoras, os bancos, as empresas de leasing, empresas de concessão de crédito ao consumo e as de telecomunicações (Rangel, 2000). E não basta a concessão de benefícios fiscais ou de isenção de custas, à custa obviamente dos contribuintes, como forma de incentivar a que as entidades desistam das acções que correm nos tribunais. São medidas que de certo modo aliviam os tribunais temporariamente, à custa do dinheiro dos contribuintes, na medida em que, nesta sociedade sem paradigma de consumo e facilidades ao crédito, vão continuar a existir incumprimento de contratos e dívidas, que se irão reflectir, a curto prazo, nos tribunais, provocando um aumento da morosidade judicial.

Para atenuar a morosidade da justiça possivelmente dever-se-á fazer de forma estruturada, designadamente, desjurisdicinalizando determinados comportamentos sociais, reduzindo algumas garantias na tutela de direitos, criando um Código do Direito do Consumidor que regule a concessão de créditos em função da capacidade de endividamento dos cidadãos, com penalizações graves aos agentes económicos que violem essas regras, principalmente, aplicando elevadas coimas e impondo limitações no acesso aos tribunais. Com estes incentivos fiscais e isenção de custas, o Estado mostra a sua incapacidade, demitindo-se da sua função de gerir o sistema judicial e, implicitamente, faz apelo e um reconhecimento às empresas de cobranças de créditos difíceis que violam as regras elementares de um Estado de Direito. O legislador é um intérprete, falível e provisório, dos sentimentos virtuosos e justos dos cidadãos (Rangel, 2000).



Na opinião de Rangel (2008) os problemas da morosidade da justiça são estruturais e, em certos casos, conjunturais. A celeridade processual é um bem que se deve procurar alcançar. Até aqui todos os cidadãos estão de acordo. Já não estamos de acordo quando as medidas são inócuas ou comprometem a segurança do direito, como bem que deve estar sempre presente no pensamento de quem lesgila.

#### 2.6.1. Formação dos Juízes

Na opinião de Rangel (2000) é com grande preocupação quevemos apontar-se para o encurtamento do tempo de estágio dos juízes estagiários e de cursos dos auditores de Justiça, no Centro de Estudos Judiciários (CEJ). Talvez, devemos caminhar no sentido de melhorar a qualidade e eficiência dos cursos, dos métodos científicos e pedagógicos e o paradigma como se recrutam docentes para leccionar no CEJ. Quanto à medida de recurso a juízes jubilados, não se revelou eficaz por falta de aderência destes, pois só dois aderiram e um deles veio a desistir posteriormente.

O recrutamento de licenciados em Direito com competência comprovada e experiência não teve qualquer adesão. Como se possível fosse que advogados de renome na praça, os de competência comprovada e experiência, abandonassem os seus escritórios onde auferem rendimentos substanciais para se dedicarem à causa da justiça, auferindo vencimentos pouco significantes e trabalhando sem quaisquer condições, sem apoio logístico e humano, correndo os riscos inerentes à visibilidade do cargo e aos problemas que o mesmo acarreta, a morosidade da justiça deve ser eventualmente combatida com medidas eficazes de carácter estrutural e organizacional dos tribunais. Apenas será possível recrutar advogados sem experiência, à procura do primeiro emprego, ou aqueles que não conseguiram singrar na carreira e procuram um vencimento certo, ainda que baixo (Rangel, 2000).

#### 2.6.2. Medidas de combate ao bloqueio à celeridade processual.

- Citações

No que ao combate ao bloqueio à celeridade processual diz respeito, destacam-se aqui as medidas que, eventualmente, serão as mais significativas. A primeira prende-

se com a realização de citações e notificações, como regra por mera carta registada. Esta medida vai com certeza colidir com as garantias de defesa por parte dos cidadãos, em que ainda existe um índice de analfabetismo elevado, não estando os serviços e funcionários alertados para as consequências de uma menos diligente e atenta entrega de correspondência. Além disso, o aumento do prazo de reclamação das cartas acarreta o aumento do tempo de pendência do processo, ao revés do que se pretende. A citação constitui, no domínio do processo civil, um dos actos fundamentais para chamar o réu ao processo, com consequências quer de natureza substantiva quer de natureza processual. A adopção deste tipo de regime não garante a recepção das cartas e vai levar à invocação da nulidade de citação/e ou de notificações ou ainda da sua falta, nomeadamente, nos casos de ausência temporária do réu do seu domicílio habitual (Rangel 2000). Estes incidentes provocam maiores atrasos no andamento dos processos que o sistema actual, mais seguro, porque, em muitos casos, conduz à anulação de um conjunto de actos processuais que foram praticados posteriormente à citação (Adorno e Pasinato, 2007).

Não podemos esquecer a Europa que somos, a nossa realidade sociológica. Possivelmente dever-se-á começar a sensibilizar as partes no sentido de as responsabilizar, criando regras que imponha a actualização ou indicação da sua morada em tribunal sob pena de sofrer determinadas consequências do processo. Estas regras devem ser construídas de forma sustentada e paulatinamente e não de forma abrupta, como é o caso das inovações introduzidas pelos referidos diplomas legais de cada país, de forma a não redundarem em prejuízo da celeridade, em consequência dos elevados incidentes processuais que irão provocar.

- Marcação de Julgamentos

Como Rangel afirma a morosidade da justiça diz respeito, às marcações e adiamentos dos julgamentos a serem efectuadas com mais de três meses de antecedência na maioria dos países da Europa. O que se tem verificado na prática, é que é de todo impossível agendar julgamentos com uma dilação inferior a 3 meses, pelo que os processos ficam na secretaria a aguardar que hajam datas na agenda do juiz, disponíveis, a fim de não ser ultrapassado o prazo de 3 meses imposto pelos ditos diplomas legais. Ou seja, ao contrário de funcionar em benefício dos cidadãos, estes diplomas existentes

em vários países da Europa, vem criar novos e actos processuais e ou paragens dos processos à espera de espaço de agendamento do Tribunal para a realização dos julgamentos ou outras audiências. Desta forma, ficam aqui em causa a imediação dos princípios, concentração e continuidade das audiências. Relativamente à falta de advogado, a proposta apresentada não vem alterar em muito aquilo que vem sucedendo até agora (Rangel, 2008; Adorno e Pasinato, 2007).

Em suma, alguns trabalhos de investigação suportam Adorno e Pasinato (2007) e Rangel (2000), para melhorar a morosidade judicial, eventualmente, não fará muito sentido a previsão que concede o direito ao advogado que falta de ouvir novamente as testemunhas que tenham sido ouvidas pelo juiz, ainda que hajam depoimentos gravados, sendo visivelmente incompatível com a celeridade que se pretende colocar, por permitir a repetição sucessiva de vários julgamentos.

- Sentenças

De acordo com (Adorno e Pasinato, 2007; Rangel 2000) é eventualmente, também desacertada a simplificação do acórdão ou sentença que se propõe seja limitada a enunciar as questões de direito com uma simples e sumária fundamentação da decisão final. O fundamento da decisão final, quer em sede de apreciação e aplicação das normas jurídicas, quer em sede de julgamento da matéria de facto, foi uma conquista importante dos cidadãos que não deve agora ser suprimida. A sentença proferida constitui caso julgado nos limites e termos em que julga. É por esta razão arriscado caminhar neste sentido, merecendo o dever de fundamentação das decisões de consagração na constituição. Com isto não se pretende acautelar que as sentenças devam ser tratados de jurisprudência e Direito, com excessiva fundamentação. As garantias dos cidadãos obrigam a que juiz fundamente de forma suficiente as suas sentenças para que se compreenda de forma transparente e precisa os motivos e fundamentos que levaram a decidir num determinado sentido. As razões de economia de processo e a luta contra a morosidade da justiça não podem nem devem justificar que se ponha em causa este princípio constitucional, que serve de barreira de segurança, imparcialidade e independência do poder judicial. Não há paradigma processual que suporte esta avalanche de reformas sem grande nexos. A celeridade do processo apenas e

só fará de todo sentido se não colidir com determinadas garantias de defesa por parte do cidadão e com a segurança, estabilidade e certeza do direito (Rangel, 2000).

Estes problemas não se resolvem com mais juízes e com todos os inconvenientes que a massificação acarreta, pois o cerne da gravidade não está na insuficiência numérica ou a qualidade dos juízes, como se pretende fazer crer, poderá estar antes na falta de pessoal afecto ao juiz e na falta meios logísticos, na forma desarticulada ou não engrenada como se vêm fazendo as reformas do processo, com alterações continuadas do processo civil.

- Formação dos Funcionários Judiciais

Para um sistema judicial mais célere os funcionários judiciais poderiam, se assim o entendessem os responsáveis máximos de um Estado de Direito, serem pessoas com excelente qualificação e formação demonstradas. Como é normal os custos que daí adviriam seriam compensados futuramente com uma justiça mais eficaz e célere ou com menos morosidade. As últimas formas de recrutamento de funcionários judiciais nas últimas décadas, têm apenas servido para estes entrarem no quadro e para promoções. Obtido um dos requisitos segue-se a fuga para outros tribunais (Rangel, 2008).

O judicial tem extrema dificuldade em manter os funcionários judiciais no mesmo local de trabalho durante vários anos, sobretudo porque, quando começam a ter alguma preparação, procuram lugares e tribunais, com menos trabalho, sendo certo que, incompreensivelmente, existem três movimentos judiciais por ano de funcionários, para além dos movimentos extraordinários, com todos os inconvenientes que isso acarreta. A estabilização de quadros de funcionários é igual a eficácia no serviço efectuado.

Na opinião de Furtado (n.d), é requisito essencial que todo a máquina do sistema judicial funcione articuladamente de modo a minorar a morosidade judicial, e, para que tal desiderato seja alcançado mostra-se fundamental que todos os operadores judiciais contribuam da mesma forma; com eficácia, rapidez e acima de tudo, consciencialização que todos sem excepção, estão ao serviço de um povo ou de uma nação e que devem tratá-los com cortesia. Desta forma, as expectativas de quem recorre à justiça não saem defraudadas (Furtado n.d.).

Pelo acima exposto, como refere Furtado, o ponto de partida para o alcance da excelência judicial reside no facto de todos os operadores judiciários serem dotados de excelente formação profissional, quer sejam; magistrados, advogados ou funcionários judiciais, etc., todos estes devem ser portadores de excelente e continua formação, principalmente juízes. Em suma, com estes critérios certamente num futuro próximo, alcançaremos uma maior ascensão funcional de todo o sistema judicial.

### 2.6.3. O Juiz e o Sistema Judicial

Segundo Raine (2000) e Furtado é perceptível que as cada vez mais intrincadas e complexas relações sociais, a globalização e a evolução tecnológica, vão exigir do magistrado uma plena inserção na modernidade e uma capacidade para devolver à altura o pedido de tutela jurisdicional que lhe é solicitado. Daqui ressalta que a morosidade da justiça com as condicionantes políticas serão atenuados, se o perfil do juiz for vincado pela conduta moral ilibada, honestidade, constante presença da actualização jurídica e de conhecimentos gerais, tudo isto ancorado numa hercúlea prontidão e disposição para o sempre grande número de tarefas adstritas à magistratura, como despachar e julgar processos, presidir audiências, sempre na procura da mais célere entrega da prestação jurisdicional (Furtado, n.d.).

Uma vez que seja detentor o Sistema Judicial de magistrados com o perfil acima delineado, é imperativo que os tribunais exerçam as suas atribuições de forma completa e dentro de um razoável prazo, significa dizer, dentro de um tempo razoável para a duração do processo. Para que se venha a considerar de forma correcta o mencionado direito ao processo em tempo razoável não se pode tomá-lo somente como projecção ou subprincípio de cláusula que garanta o direito à tutela efectiva judicial. Facto é que, ao se fazer menção ao acesso ao sistema judicial e à tutela judicial efectiva, se está a querer reverberar a necessidade de buscar do Poder Judiciário a fim de se defender um direito essencial ou para se solucionar determinado assunto. Desta forma, o respeito à dignidade da pessoa humana estaria não só no facto de o Estado propiciar a resolução do litígio como forma de garantir o direito que se procura, mas também, ao resolver eficiente e rapidamente, em poupar dos incómodos e angústias que são a espera por longo tempo que venha a resolução de um litígio, pela palavra final do Judicial evitando

desta forma a possíveis factores políticos que eventualmente condicionam o normal andamento da Justiça (Furtado, n.d.). Portanto, seria porventura mais pertinente, olhar para um sentido material de devido processo legal que para uma análise formal, o que sempre redundaria num horizonte mais limitado.

#### 2.6.4. Duração do Processo Judicial

Como referem Furtado, Adorno e Pasinato (2007) importa também, para que se tenha uma visão bem abrangente dos dois lados da plena adopção do processo devido, que se coteje o modo de tramitar do processo de forma dicotómica, significa isto, que não só seja procurada a duração razoável do processo, como também venha a ser evitada a exagerada rapidez, que chega a gerar o cerceamento de defesa e por vezes, o atropelamento de fases processuais inafastáveis para uma plena aplicação do processo justo. Não se aspira a isto, imprimir velocidade ao processo de qualquer forma. Importa pois, que haja a harmonia entre uma duração razoável do processo, isto é, que o mesmo não demore mais que o estritamente necessário, mas que, concomitantemente não sejam retiradas fases imprescindíveis à condução correcta do processo.

Do que até então aqui se mencionou é possível concluir que a aceitação da eficiência temporal da justiça, como valor da constituição, não dará lugar à existência de um chamado direito subjectivo à razoável duração do processo, por se tratar de dever estatal do tipo que não concede direito subjectivo aos particulares. Mas por outro lado, numa perspectiva mais objectiva, o princípio da duração razoável do processo configura um dever dos órgãos políticos postos de gerir o Sistema Judicial com eficiência sob um critério de tempo (Furtado, n.d.). A consequência é que o princípio da eficiência e a morosidade da justiça evidente, acabam por ser uma espécie de comando de reforço que fica a gravitar sobre o Estado, bem assim sobre o legislador, como um *plus* a exigir a prestação da justiça de forma esmerada e eficaz no que se refere ao tempo da entrega da tutela jurisdicional. Como já dito, a preocupação com a demora dos processos é uma constante, daí que o Processo Civil Europeu vem de passar por recentes reformas nos diferentes Estados, onde se verifica, de forma mais vincada, uma tentativa de aproximação entre o avanço tecnológico e o Direito, bem assim de práticas mais eficazes e objectivas que a experiência anterior mostrou serem necessárias para maior

eficácia a nível processual. É fundamental perceber que a legislação obriga que a improcedência seja total. Significa dizer, não poderá o juiz proferir sentença de mérito antes da citação apenas e só para afastar a procedência de parte da pretensão, por exemplo, no caso de pedidos cumulados. Se o caso incorporar procedência parcial da pretensão, pode não haver espaço suficiente para aplicação da norma (Furtado, n.d.)

## **2.7.A Morosidade (Civil e Penal)**

Segundo o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJP, 2001) a legislação, designadamente a processual e de custas, prevêem procedimentos processuais que podem vir a ser qualificados como excesso de formalismo ou formalismo desnecessário à protecção das “partes” intervenientes. Simularam a duração de uma acção declarativa civil, com processo comum sob a forma ordinária, em “condições óptimas” (intervenientes residem na comarca, não há incidentes, os progressos legais são todos respeitados) e por mero efeito dos prazos processuais, essa acção teria 16 meses e 21 dias “reais” de tempo de vida. Por entrevistas com actores do Sistema judicial a situação não mudou com as alterações introduzidas na última década no código de processo civil e na legislação relativamente às custas.

Não existe uma avaliação dos efeitos da entrada em vigor da recente legislação processual penal, e penal da consequente organização da investigação criminal. Mas, parece pois, como veremos que há que intervir no que à investigação criminal diz respeito, dos processos-crime de pequena ou média gravidade, e na especialização/desjudicialização das respostas penais para os jovens imputáveis, por exemplo, entre os 16-25 anos.

### **2.7.1. A Morosidade endógena ou organizacional.**

- Causas gerais

Ao longo de uma investigação realizada pelo OPJP foi possível identificar as seguintes causas de morosidade organizacional ou endógena: organização de trabalho, condições de trabalho, afectação/distribuição de espaço e equipamentos; impreparação e

negligência dos funcionários judiciais e magistrados judiciais e do Ministério Público (não cumprimentos dos prazos legais sem justificação); a irracionalidade na distribuição de funcionários judiciais e distribuição de magistrados (vacatura de lugares, excesso de mobilidade, adequação dos quadros de pessoal); recursos a perícias – o recurso a perícias de hospitais, Instituto de Medicina Legal e Polícia Judiciária atrasam os processos durante anos; volume de trabalho (explosão da litigiosidade – litigação de massa - com o aumento da distribuição de processos sem modificação da organização de trabalho/de pessoal adstrito ao trabalho) não cumprimento das cartas precatórias e rogatórias – as deprecadas para citação e penhora apenas são cumpridas muito para além dos prazos e a demora de entrega de relatórios sociais nos processos de justiça de menores.

- As causas de morosidade organizacional ou endógena em processos com duração superior a 5 anos

Para além das causas mencionadas anteriormente foi possível ainda identificar: a complexidade das acções - Numa primeira aproximação considerámos complexas, as que têm uma causa de pedir e uma fundamentação de direito complexa (as acções de propriedade e responsabilidade contratual são as que proporcionalmente têm um maior número de processos a durar 5 anos), bem como as que tem várias excepções dilatórias ou peremptórias para decidir ou são atravessadas por muitos e vários incidentes processuais ( Mitsopoulos e Pelagidis, 2010). No entanto, várias das acções que duram 5 ou mais anos são simples, com litígios de baixa ou média intensidade, só que são absorvidos na rede das causas de morosidade em análise; especial negligência no cumprimento de prazos legais na nossa investigação encontramos acções paradas há anos à espera de um despacho de citação ou da concretização duma notificação) e “esquecimento” de processos em armários ou nos “montes de processos”; especial relevância do não cumprimento das cartas precatórias nos processos que duram mais de 5 anos e especial demora de actos a praticar por terceiros, conservatórias, hospitais, Institutos de Medicina Legal e polícias.

- As causas da morosidade nas acções executivas com duração superior a 5 anos.



Não cumprimento atempadamente dos despachos pelos funcionários, por excesso de trabalho ou negligência, falta de especialização e transporte; o incidente de reclamação de créditos; grande demora no cumprimento das cartas precatórias; o desconto nos vencimentos e o sistema de venda judicial e o registo das penhoras (OPJP, 2000; Mitsopoulos e Pelagidis, 2010).

- A morosidade judicial nos processos crimes com duração superior de 5 anos

A impossibilidade e, também, negligência dos magistrados do MP no cumprimento dos prazos de investigação, a articulação entre o Ministério Público e as polícias é deficitária; os inquéritos “arrastam-se” à espera de diligências; as polícias não comunicam em tempo útil, no início do processo, nem o MP despacha, em tempo, requerendo novas provas; crimes de pequena e média gravidade, que arguidos e testemunhas sejam fáceis de encontrar); as entidades policiais – não investigam ou não podem investigar “grandes grupos” de inquéritos (juntos contra desconhecidos; os peritos, especial atrasos nas peritagens do IML, das Faculdades de Medicina, dos hospitais e dos peritos da PJ; o actual processo de notificações, que, apesar disso, se torna num excesso de trabalho para as polícias; os magistrados permitem com relativa facilidade os adiamentos nas audiências, especialmente nos julgamento (Adorno e Pasinato, 2007).

#### 2.7.2. A morosidade provocada pelos interessados

- Causas

Existem outros tipos de morosidade que passamos a elencar; junção de documentos, recursos injustificados; expedientes dilatórios – requerimento de apoio judiciário não fundamentado, falta de arguidos e testemunhas a actos de instrução e ao julgamento – o arguido que desaparece do local onde habitualmente reside, impossibilitando as notificações, o interesse do devedor em atrasar o andamento das execuções; o andamento do processo e potenciando a prescrição do procedimento criminal; a dificuldade do credor ou do autor em dar o andamento processual ou

negligência no impulso processual; solicitações de adiamentos e requerimentos de suspensão de instância para que se possa chegar a um acordo (OPJP, 2001).

## **2.8. Definição do Modelo de Análise e Hipóteses de Investigação**

Tendo por base a revisão de literatura desenvolvida nos pontos anteriores, apresentam-se de seguida as hipóteses e o modelo conceptual que orientam este trabalho de investigação.

### **2.8.1. Hipóteses de Trabalho**

Como refere Barros (2008), uma hipótese é supostamente uma formulação provisória, com intenções de ser posteriormente verificada e demonstrada, constituindo uma suposição eventualmente admissível. É a evolução da intuição à teorização e da teoria que leva ou levará à prática, a testar as hipóteses firmadas pelo raciocínio implícito e dedutivo à teorização.

As primeiras hipóteses nem sempre são definitivas e estas, quando firmadas, nem sempre são as melhores, ainda que satisfaçam determinadas condições. Em outro sentido mais específico, a hipótese poderá eventualmente ser considerada como um instrumento de pesquisa que medeia a metodologia e a teoria. Formulada a partir de uma ambiência teórica e diante de um problema científico a ser solucionado, a hipótese implica a necessidade de demonstração a partir da pesquisa e da metodologia. Deve-se ter em linha de conta, contudo, que, neste sentido metodológico mais restrito, a hipótese é apenas e só uma formulação provisória, destinada a colocar a investigação em andamento. No decorrer do processo de investigação ela pode ser confirmada ou não, o que não desqualifica o seu papel que terá exercido para impulsionar a investigação. Na verdade, frente à definição moderna de ciência, todas as ideias científicas se encontram em perpétuo teste. Por conseguinte, é possível afirmar que as ideias científicas,

independente do título honorífico que venham a receber em virtude do grau ou generalidade de corroboração – postulado, conjectura, lei ou axioma, serão e são sempre hipóteses. Os factos e as hipóteses são parcelas inerentes e indispensáveis às teorias (Barros, 2008).

O culminar desta revisão de literatura, passa pela apresentação de cada uma das hipóteses de investigação propostas:

**H1.** A experiência do juiz contribui para um melhor funcionamento do sistema judicial.

**H2.** Existe uma relação positiva entre motivação do juiz e a percepção de morosidade.

**H3.** As políticas governamentais dos últimos anos têm contribuído para a morosidade judicial.

**H4.** O nível de infra-estruturas dos tribunais constitui um obstáculo à motivação dos juízes.

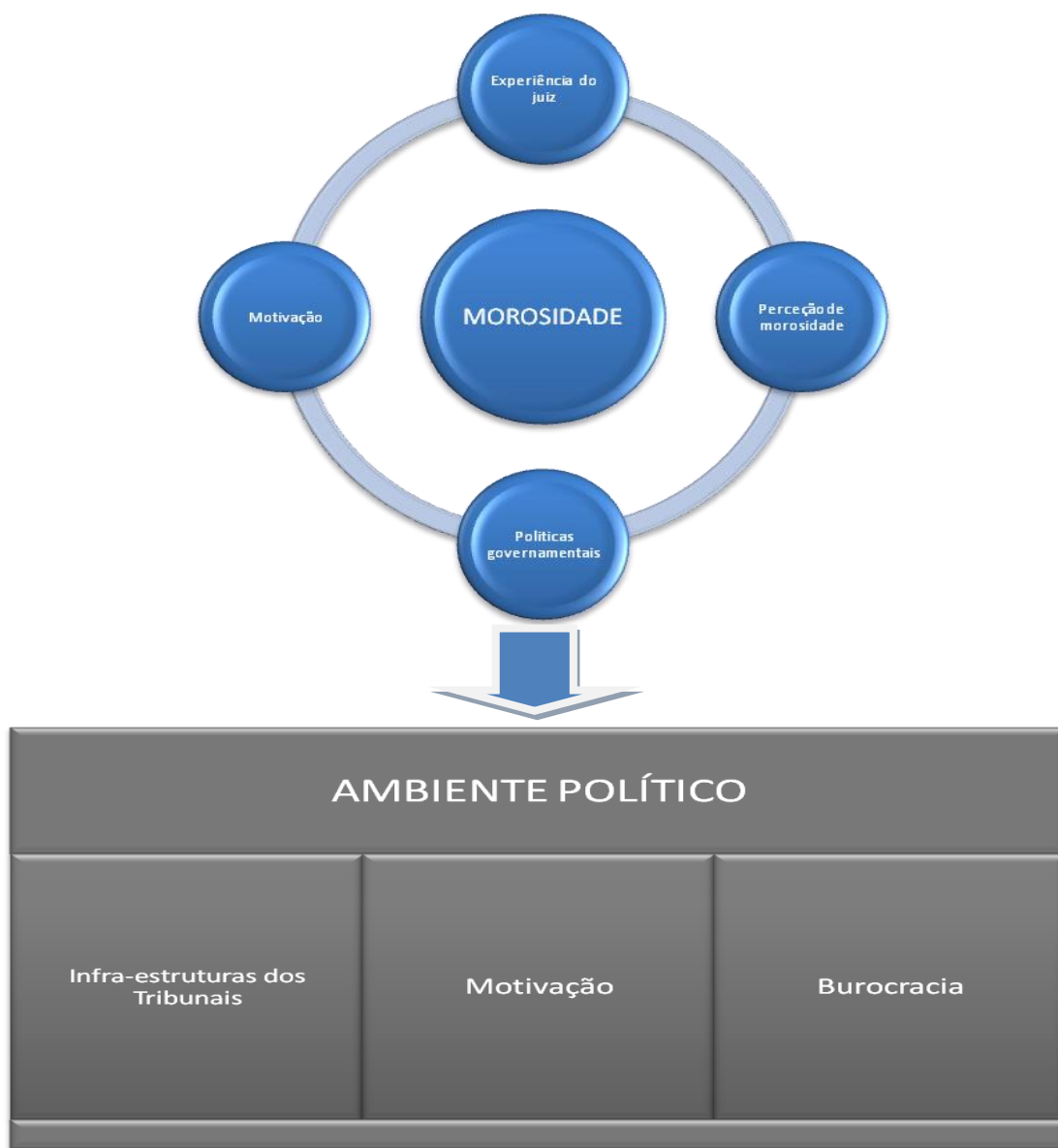
**H5.** Quanto maior a burocracia, maior a pendência de processos judiciais.

Estas hipóteses estão representadas no seguinte modelo (Figuras 1)

~

**Figura 1**

**Modelo Conceptual – Tribunais de 2ª Instância**



**Fonte:** Elaboração própria com base na revisão de literatura

Após a revisão da literatura, na qual se desenvolveram os conceitos e se apresentaram as bases teóricas em que se fundamenta este trabalho, desenvolve-se no capítulo seguinte a metodologia de investigação.

# Metodologia

---

---

### 3. METODOLOGIA

No presente estudo, a análise empírica efectuada conciliou dados provenientes de fontes primárias e secundárias.

Para explorar a problemática subjacente a este trabalho de investigação, foi necessário perceber qual o estado dos Tribunais, principalmente os Tribunais da Relação e, o porquê da morosidade da justiça em Portugal. O primeiro passo consistiu, então, numa pesquisa prévia sobre alguns destes Tribunais em Portugal, através da qual aferimos que o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJP)<sup>6</sup>, Instituto Nacional de Estatísticas (INE)<sup>7</sup> e a Direcção da Política da Justiça, dispunham de dados fundamentais à nossa investigação.

A partir destes dados, verificamos que no nosso sistema judicial existe uma morosidade latente na justiça, a qual deve ser devidamente estudada e percebida para eventuais melhorias futuras. Perceber se o Sistema Judicial abarcava valências necessárias ao desempenho de um bom judiciário, isto é, os serviços judiciais. A complexidade das estruturas do Sistema Judicial dificulta o processo de implementação de possíveis reformas na justiça. Os dados fornecidos por estas entidades referem-se ao período de 2006-2008.

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://opj.ces.uc.pt/> - (acesso em 10 de Dezembro de 2009)

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.ine.st/> - (acesso em 10 de Dezembro de 2009)

Neste capítulo, dedicado à metodologia da investigação, será apresentado o desenho da investigação; a definição e caracterização da amostra, com a apresentação dos instrumentos utilizados e os critérios de selecção. Este capítulo descreve ainda a forma como se pretende recolher os dados – que nos permitirão testar as hipóteses que foram apresentadas na Revisão da Literatura – e como vão ser analisados (Figura 2).

**Figura 2**  
**Questões de partida, hipóteses e questões do questionário**

Questões de partida	Hipóteses	Questões do questionário
1- Quais os principais factores explicativos da morosidade no sistema judicial?	H1. A <b>experiência</b> do juiz contribui para um melhor funcionamento do sistema judicial.	8 - No seu dia-a-dia, nas sentenças que profere, procura acrescentar algo mais ao direito português devido aos anos de <b>experiência</b> ao longo da sua carreira.
	H2. Existe uma relação positiva entre motivação do juiz e a <b>percepção</b> de morosidade.	21 - Qual é a sua <b>percepção</b> sobre do tempo que demora em média, aproximadamente, com cada processo
	H3. As <b>políticas governamentais</b> dos últimos anos têm contribuído para a morosidade judicial.	11 - As <b>políticas governamentais</b> dos últimos anos no que à concessão de crédito diz respeito, são no seu entender responsáveis pelo elevado nº de processos pendentes nos Tribunais portugueses.
2- Em que medida o ambiente político condiciona o funcionamento do sistema judicial?	H4. O nível de <b>infra-estruturas</b> dos tribunais constitui um obstáculo à <b>motivação</b> dos juízes.	7 - Sente-se suficientemente <b>motivado</b> para trabalhar com as actuais condições, quer a nível de <b>infra-estruturas</b> dos tribunais, quer a nível de carreira.
	H5. Quanto maior a <b>burocracia</b> , maior a pendência de processos judiciais.	16 - Apesar das sucessivas reformas no sistema judicial português, ainda existe um elevado nº de processos pendentes, na sua opinião, este facto deve-se à excessiva <b>burocracia</b> .



### **3.1. A escolha do serviço alvo da Investigação**

Os Tribunais portugueses estão organizados em três instâncias, da hierarquicamente superior e territorialmente mais abrangente para a hierarquicamente inferior e territorialmente mais restrita: o Supremo Tribunal de Justiça (competência nacional), os cinco tribunais da Relação (um por distrito judicial e dois no distrito judicial do Porto, como se pode constatar pela (Figura 1), e os 227 tribunais judiciais de comarca (1ª Instância).

Como podemos verificar são Tribunais bastante diversificados, para evitar que esta diversidade nos pudesse dificultar a comparação de resultados, optamos por circunscrever a observação empírica aos Tribunais da Relação de Portugal. Do ponto de vista metodológico, pareceu-nos relevante esta homogeneização na medida em que, embora não sendo garantia irrefutável da validade das comparações efectuadas, a existência de traços comuns nas unidades orgânicas em análise poderia contribuir significativamente para aumentar a consistência e fiabilidade das mesmas. Por outro lado, dada a limitação dos recursos disponíveis, nomeadamente em termos de tempo, optamos pela selecção deste universo de menor dimensão, perspectivando uma análise mais sensata e realista face aos condicionalismos encontrados. A decisão de seleccionar os Tribunais da Relação de Portugal e não qualquer outro tipo de Tribunal, prende-se, em primeiro lugar, com o facto desta estrutura orgânica concentrar em si o produto final da prestação de serviços judiciais menos abrangentes, ou seja, existem em Portugal cinco tribunais da Relação (Figura 3), tribunais estes, que se situam hierarquicamente num ponto intermédio do ponto de vista piramidal.

Consequentemente, este tipo de unidade orgânica tem subjacente uma responsabilidade acrescida em termos de satisfação dos cidadãos/clientes, pois trata-se de Tribunais de segunda Instância, que apreciam casos já julgados em primeira instância.

**Figura 3**  
**Tribunais da Relação de Portugal**

DISTRITOS JUDICIAIS	
Lisboa	Distrito Judicial de Lisboa
Porto	Distrito Judicial do Porto
Guimarães	Distrito Judicial do Porto
Évora	Distrito Judicial de Évora
Coimbra	Distrito Judicial de Coimbra

**Fonte:** Elaboração própria

### 3.2. Design de Investigação

O presente trabalho de investigação tem subjacente a realização de um estudo transversal, através do qual tentamos aferir o estado da justiça portuguesa, nomeadamente a morosidade dos processos judiciais, tentar aferir em que medida o ambiente político pode condicionar o sistema judicial e o funcionamento dos tribunais. O sistema judicial com prestador de serviço ao serviço do seu povo.

Através da análise estatística de dados relevantes para a obtenção de uma resposta às nossas questões de partida e dada a natureza dos dados a recolher, foi necessário recorrer a organismos oficiais, Ministério da Justiça (MJ), Instituto Nacional de Estatística, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa e à Direcção - Geral da Política de Justiça (DGPJ), pois estes têm capacidade para proceder à sua recolha e, para além disso, o seu objectivo é fornecer dados. A recolha de dados preexistentes, quer sejam secundários quer sejam documentais.

Este estudo foi realizado entre Setembro de 2008 e Dezembro de 2009, ao qual foi dada superior relevância aos Tribunais da Relação.

### 3.3. Processo de Amostragem

Antes da realização dos inquéritos, contactamos 40% das Secretarias dos Distritos Judiciais, escolhidas, de forma estratificada, explicando o objectivo do estudo e solicitando autorização para a recolha dos inquéritos.

Foi, pois, utilizado o método de amostragem estratificada. Com este método, pretende-se obter uma amostra representativa, segundo várias variáveis pré – identificadas. Assim, o tamanho da amostra definida foi de 50 pessoas.

Para a recolha de dados e operacionalização dos conceitos foram utilizados métodos quantitativos de observação indirecta de dados (inquérito).

A escolha recaiu sobre este instrumento pois é um método de pesquisa de informação que visa suscitar discursos individuais, mas pretendendo-se interpretá-los de modo a chegar a generalizações (Giglione e Matalon 1995). Por outro lado, como já referimos anteriormente, dada a natureza dos dados, recorreremos a organismos oficiais, tais como, o Instituto Nacional de Estatística, Ministério da Justiça, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa e a Direcção-Geral da Política de Justiça.

### **3.4. Variáveis**

#### **3.4.1. Variável Dependente**

A nossa variável dependente é a morosidade dos processos judiciais em Portugal, que é medida através do número de processos entrados nos respectivos Tribunais de cada Distrito judicial e o nº de sentenças proferidas ou acórdãos finais entre 2006 e 2008. Além disso, associando-se indicadores de “produção” aos custos incorridos pela justiça podemos obter indicadores de eficiência, que também podem ser comparados com *benchmarks* internacionais ou em outras jurisdições no mesmo país, ou acompanhados no tempo.

#### **3.4.2. Variável Independente**

- Ambiente político:

- a) Endógenos, nomeadamente, a organização do sistema judicial, a sua distribuição geográfica e as competências dos tribunais;
- b) Exógenos, que salvaguardam, através dos códigos principais, Código Civil (CC), Código Penal (CP), Código Processo Penal (CPP), Código Processo Civil (CPC), os textos destes normativos visam garantir os direitos constitucionais do cidadão perante o poder judicial. Contudo, do ponto de vista substancial, retratam uma opção política daí ser considerados ambiente político.

Estes factores foram operacionalizados através da Direcção-Geral da Política da Justiça, Relatórios do Ministério da Justiça e de literatura adequada ao caso, número de processos entrados e findos nos Tribunais da Relação entre 2006 e 2008.

Com estas variáveis pretendemos aferir o tempo de duração de um processo judicial, desde o momento da entrada, até à sentença ou acórdãos finais nos Tribunais da Relação em Portugal.

Definimos como variáveis independentes, o conjunto das variáveis exógenas, composto por variáveis explicativas e de controlo. As primeiras assumem um papel extremamente importante na avaliação das hipóteses colocadas. Neste caso procuramos medir o impacto do processo de reformas em curso, designadamente no que respeita à avaliação da produtividade nos tribunais, ou seja, através de consulta de processos judiciais, verificação do seu início e final, desde a entrada da petição inicial até à sentença final, ao conhecimento das suas estruturas de organização, funcionamento e instalação e a um novo modelo de organização territorial e de administração e gestão.

### **3.5. Descrição Dados**

Nesta investigação recorreremos, à análise documental e à administração de um questionário a sessenta Juízes Desembargadores dos Tribunais da Relação Portugueses. A administração do questionário teve como objectivo principal avaliar a percepção que estes têm do estado dos Tribunais portugueses, da morosidade dos processos judiciais e da relação do poder judicial com o poder político, tendo em linha de conta o estado da economia portuguesa.

Esta investigação teve um cunho predominantemente quantitativo e o método definido foi estudo transversal – Cross Section.

### **3.6. Delimitação do Campo de Avaliação**

Estes senhores Juízes Desembargadores participam de algum modo e de uma forma activa, no seu dia-a-dia em prol de uma justiça mais célere e eficaz e que vá de encontro com as perspectivas de quem a procura. A escolha deste universo de juízes prende-se com o facto de estes desempenharem funções eminentemente técnicas, com a responsabilidade específica da aplicação da legislação.

O método de recolha de informação teve por base o questionário remetido por correio a sessenta juízes dos Tribunais da Relação nacionais.

A correspondência enviada a cada um destes potenciais respondentes foi constituída por uma carta de apresentação, onde, de uma forma breve, se explicava o projecto de investigação e se solicitava a melhor colaboração, um envelope pré franquiado com a indicação do destinatário e pelo questionário propriamente dito. O trabalho de campo decorreu durante os meses de Junho e Julho de 2009.

Foram remetidos 60 inquéritos, distribuídos pelos Tribunais de Relação nacionais que foram devidamente preenchidos e devolvidos ao remetente, o que resultou numa taxa de participação de 90%. Uma taxa de participação muito interessante, demonstrativa do interesse por parte dos respondentes em colaborar e dar o seu testemunho neste tipo de trabalhos de investigação.

Sensivelmente a meio deste período, foi enviada uma recordatória, por E-mail, a todos os indivíduos que constituem o nosso universo de estudo, no sentido de relembrar o preenchimento do questionário e o seu envio, aproveitando para agradecer a quem já o tinha feito. O último questionário foi recebido, no dia 15 de Julho de 2009.

O envio dos questionários foi precedido da realização de um pré-teste que envolveu um grupo de 10 indivíduos, o que contribuiu para eliminar, acrescentar e

refinar algumas questões, de maneira a tornar o questionário mais coerente com os objectivos pretendidos.

### **3.7. Estrutura do Questionário**

A primeira etapa da estruturação do questionário foi o estabelecimento da dimensão dos efeitos a analisar e a determinação dos critérios e das questões específicas a colocar aos respondentes.

Foi estabelecido um modelo que nos permitisse analisar a percepção dos senhores Juízes dos Tribunais da Relação em relação às diferentes dimensões definidas: a dimensão estrutural – estrutura organizacional e funcionamento dos tribunais, a relação entre o poder legislativo e o poder judicial, a actual situação económica de Portugal e suas consequências na justiça, a relação entre o poder judicial e o poder político – dimensão processual – os procedimentos e as práticas, as competências, tendo em conta as exigências de uma sociedade cada vez mais activa no que à esfera judicial diz respeito, a dimensão tecnológica – a importância das novas tecnologias, a informatização dos tribunais e a dimensão relativa aos recursos humanos e a importância da formação neste sector.

Definidas as dimensões a analisar, ponderadas as alterações em consequência do pré-teste, passamos à concepção definitiva do questionário, que é composto por 21 questões. As questões colocadas são de características fechadas e constituídas por um conjunto de respostas de escolha múltipla, excepto a questão nº 21, na qual foi utilizada uma escala, de 3,4,5,6,7,8.etc.meses, foi utilizada uma escala com uma graduação de: 0 (zero) - Nunca, 1 (um) – Às vezes, 2 (dois) – Sempre.

O questionário está dividido em três partes. Na Parte I avaliamos a morosidade da justiça, na Parte II ambiente político e na Parte III, Questão nº 21, aferimos a percepção em número de meses de cada processo.

# Análise dos Resultados

---

---

#### **4.ANÁLISE DOS RESULTADOS**



Nesta parte da apresentação dos resultados da investigação, vamo-nos debruçar sobre as características da morosidade e sobre diversas informações que de alguma forma complementam o nosso conhecimento sobre quem são os inquiridos enquanto amostra. Da aplicação dos inquéritos resultaram os dados que estão expostos nas seguintes sete figuras.

#### **4.1. Análise da Morosidade da Justiça: dados Empíricos Nacionais**

Com base nos elementos estatísticos divulgados (Tabela 2), no ano de 2006 entraram no Distrito Judicial de Lisboa 11099 processos, findaram 69.5% transitaram para o ano seguinte 30.4%. No ano de 2007 entraram neste tribunal 11166 processos, findaram 81.4% transitaram para o ano seguinte 18.5%. No ano de 2008 entraram neste tribunal 11246 processos, findaram 78.5% transitaram para o ano seguinte 21.5%.

Entre o ano 2006 e 2007 verificou se uma diminuição de 11.9% de processos pendentes e entre 2007 a 2008 verificou-se um aumento de 3% de processos pendentes.

Relativamente ao Distrito Judicial de Coimbra, entraram no ano de 2006, 4994 processos, findaram 74,01%, transitaram para o ano seguinte 25.9% de processos. No ano de 2007 entraram 4917 processos, findaram 79.6%, transitaram para o ano seguinte 22.1%. No ano de 2008 entraram 5017 processos, findaram 83.3% e transitaram para o ano seguinte 16,7%.

Entre o ano de 2006 a 2007 verificou-se uma diminuição de processos pendentes de 3.8%, entre 2007 e 2008 uma diminuição na ordem de 2.6%, ou seja, entre 2006 e 2008 houve uma diminuição de processos pendentes de 1.2%.

**Tabela 2**

**Dados estatísticos referentes a processos entrados e findos 2006/2008**

ANO		2006			2007			2008		
Fase do Processos		Entrados	Findos	Pendentes	Entrados	Findos	Pendentes	Entrados	Findos	Pendentes
INSTÂNCIA	Distrito Judicial	Nº de Processos	Nº de Processos	Nº de Processos	Nº de Processos	Nº de Processos	Nº de Processos	Nº de Processos	Nº de Processos	Nº de Processos
TRIBUNAIS SUPERIORES	Lisboa	11.099	11.155	4.947	11.166	11.710	3.207	11.246	11.340	3.213
	Porto	10.436	10.764	5.516	10.383	10.578	2.786	11.435	10.931	3.290
	Coimbra	4.994	4.813	1.509	4.917	5.029	1.397	5.017	5.196	1.218
	Évora	3.213	3.026	2.036	3.190	3.124	1.872	3.350	3.359	1.863
	N/A*	4.886	4.967	1.107	4.939	4.958	1.088	4.190	4.377	901
	TOTAL	34.628	34.725	15.115	34.595	35.399	10.350	35.238	35.203	10.485

Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça - 2009

Quanto ao Distrito Judicial de Évora, no ano de 2006 entraram 3213 processos, findaram 57.6%, transitaram para o ano seguinte 42.3%. No ano de 2007 entraram 3190 processos, findaram 61.7% e transitaram para o ano seguinte 38.2%. No ano de 2008 entraram 3350 processos findaram 64.4% e transitaram para o ano seguinte 35.5%.

Entre o ano 2006 e 2007 verificou-se uma diminuição de 4.1% de processos pendentes, de 2007 para 2008 e uma diminuição 2,7%. Entre 2006 a 2008 verificou-se um decréscimo de 1.4% de processos pendentes.

No Distrito Judicial do Porto<sup>8</sup>, com base nos elementos estatísticos divulgados, no ano de 2006 entraram 10436 processos, findaram 67.4%, transitaram para o ano seguinte 32.5%. No ano de 2007 entraram 10383 processos, findaram 80.3% e

<sup>8</sup> O Distrito Judicial do Porto abrange os Tribunais da Relação do Porto e Guimarães.

\* Os valores apresentados como N/A (Não Aplicável) na tabela acima, correspondem a casos em que a informação é desconhecida ou não classificável segundo as tabelas em vigor aprovadas pelo Sistema Estatístico Nacional. Os dados estatísticos relativos aos tribunais judiciais estão organizados de acordo com a divisão judicial do território (distrito judicial, círculo judicial e comarca).

transitaram para o ano seguinte 19.6%. No ano de 2008 entraram 11435 processos, findaram 74.2% e transitaram 25.7% para o ano seguinte.

Entre 2006 e 2007 verificou-se uma diminuição de processos pendentes de 12.9%, entre 2007 para 2008 um aumento de 6.1% de processos pendentes.

Em suma, entre 2006/2008 nos quatro Distritos Judiciais findaram 75.01% dos processos e transitaram 24.9% para o ano de 2009.

No ano de 2006 como se pode constatar pela tabela acima, existiam nos quatro Distritos Judiciais 15 115 processos pendentes, e, 10 485 no ano de 2008. Verificou-se uma diminuição de 30,6% de processos pendentes.

Como podemos verificar (Tabela 3) ao longo dos últimos anos a pendência processual tem vindo a diminuir. Entre o ano de 2006/2008 no Distrito Judicial de Lisboa a duração média<sup>9</sup> de um processo diminuiu de 5 para 3 meses. Relativamente ao Distrito judicial do Porto que abrange os Tribunais da Relação do Porto e Guimarães respectivamente, a duração média no primeiro baixou entre o ano de 2006/2008 de 6 para 4 meses, enquanto no segundo, a duração média se manteve constante, três meses. Quanto ao Tribunal da Relação de Évora entre o ano de 2006/2008 a duração média baixou ligeiramente de 6 para 5 meses. Finalmente, no que ao Tribunal de Coimbra diz respeito, a duração média processual entre os anos 2006/2008, diminuiu de 4 para 3 meses.

---

<sup>9</sup> A duração média no tribunal corresponde ao período de tempo entre a data de início e data de termo do processo no mesmo tribunal.

**Tabela 3**

**Duração média de processos findos por Tribunal – 2006 - 2008**

ANO		2006	2007	2008
Total		Duração média (meses) de processos findos	Duração média (meses) de processos findos	Duração média (meses) de processos findos
INSTÂNCIA	Distrito Judicial			
TRIBUNAIS SUPERIORES	Lisboa	5	4	3
	Porto	6	5	4
	Coimbra	4	4	3
	Guimarães	3	3	3
	Évora	6	5	5

Fonte: Direcção-Geral da Política de Justiça - 2009

Podemos assim concluir que, os Tribunais que obtiveram maior baixas de duração média processual entre os anos de 2006 e 2008 foram respectivamente, o Tribunal da Relação de Lisboa, baixou de cinco para três meses e o do Porto de seis para quatro meses, significa que ambos baixaram a sua duração média processual em dois meses. Quanto a Évora, teve uma ligeira diminuição neste período, ou seja, diminuiu a sua duração média processual em um mês. O Tribunal da Relação de Guimarães, manteve-se constante ao longo do mesmo período, com três meses.

#### 4.2. Considerações gerais

A morosidade é tanto mais forte quanto mais intensas, variadas e cumulativas foram as suas causas. Consequentemente, apenas serão eficazes as medidas de combate, que forem tomadas de forma coordenada pelas várias entidades envolvidas e direccionadas para todas as causas que a provocam. Só assim será possível evitar o efeito de transferência da morosidade de uma causa para outra, ou seja, o agravamento

de uma dada causa de morosidade em consequência de uma medida tomada isoladamente para atenuar outra causa. Esse efeito perverso ocorre em vários tribunais, os quais, por se encontrarem com muitos processos acumulados e em situação de pré-ruptura, beneficiariam, embora em grau diverso, da nomeação, por parte do Conselho Superior do Ministério da Justiça (CSMJ) e do Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), e para além do quadro, de juízes e delegados do Ministério Público, interinos ou auxiliares. Contudo, se essas medidas dos dois Conselhos não forem, em regra, acompanhadas por medidas da Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), no sentido de completar ou reforçar os quadros de funcionários judiciais, verifica-se um efeito de transferência de morosidade de uma causa para outra, ou seja, os processos parados em virtude da ausência de despacho dos magistrados passaram a ter como causa de morosidade, directa ou indirecta, a incapacidade dos funcionários lhes darem o devido andamento.

As diferentes causas de morosidade da justiça actuam, assim, em sistema de *feedback* umas sobre as outras. A morosidade causa acumulação de processos a qual agrava a insuficiência dos quadros e as más condições de trabalho, que por sua vez originam morosidade e desculpabilização. Por exemplo, a exiguidade do espaço, não é causa directa e necessária de morosidade, mas tem um efeito potenciador da irracionalidade na distribuição dos recursos humanos por falta de lugar onde os acomodar potenciando a acumulação e aumento de pendência de processos com a consequente desmotivação para o trabalho e desresponsabilização dos magistrados e funcionários perante todos os atrasos nos processos judiciais que se venham a verificar (OPJP, 2000).

A irracionalidade na distribuição de funcionários judiciais ocorre com maior frequência nos tribunais com piores condições de trabalho e quando essa irracionalidade é, por si só, uma “causa forte”, a pendência de processos e o volume de trabalho nas secções aumenta de imediato. Acresce, ainda, que as más condições de trabalho são causas de grande mobilidade de funcionários os quais, assim que podem, pedem imediata transferência para outro tribunal, o que por sua vez constitui uma causa adicional de morosidade. Efectivamente, os factores de irracionalidade mais comuns são as prolongadas vacaturas de lugares existentes e necessários, a inadequação dos quadros de funcionários, insuficientes face às necessidades e a grande mobilidade de

funcionários. A não correcta distribuição de funcionários tem efeito duplo: a acumulação de processos e de morosidade; e um efeito desculpabilizador dos outros funcionários para os atrasos nos processos que se revelam nas secções em que trabalham.

A negligencia ou impreparação dos funcionários judiciais ou dos magistrados verifica-se em quaisquer tipos de tribunal e quando acontece tem, uma forte repercussão no aumento da morosidade. Esta ocorrência de morosidade é independente do volume de trabalho dos tribunais. É caracterizada, na sua génese, por um funcionário ou magistrado não movimentar, ou deixar movimentar, os processos por meses ou anos, não lhes dando o devido andamento ou não os despachando.

É difícil definir as fronteiras entre o que é negligência e a duração dos processos resultantes de outras causas de morosidade da justiça, principalmente do volume de trabalho e acumulação de centenas de processos. No entanto, encontram-se situações perfeitamente transparentes de negligência e até de ilícito criminal. Estas situações arrastam-se, em regra, durante meses e anos nos mesmos tribunais, verificando-se que as entidades tutelares demoram muito a pôr-lhes fim, permitindo que elas acentuem o efeito de acumulação de processos e, conseqüentemente, o aumento da morosidade.

A irracionalidade na distribuição de magistrados é mais uma das causas de morosidade da justiça mais controladas, mas quando se revela, a duração dos processos aumenta. Os lugares de magistrados por preencher, actualmente não assumem a gravidade de outrora. No entanto, ainda hoje é vulgar os tribunais estarem longos períodos sem juiz, nomeadamente quando os titulares estão em comissão de serviço, doenças prolongadas, licenças de maternidade e não são substituídos durante esse tempo por qualquer outro magistrado. Os atrasos que daqui resultam, devido aos citados efeitos de desculpabilização e acumulação demoram anos a recuperar.

A distribuição de magistrados é afectada também pela sua mobilidade. Esta situação tem um efeito grave nas comarcas de primeiro acesso. Estas citadas comarcas de “passagem” sofrem na sua morosidade o impacto das transformações constantes de magistrados, principalmente judicial.

As medidas a adoptar para combater a morosidade têm de ser tomadas de forma coordenada de modo a evitar os referidos efeitos de transferência, de potenciação, de acumulação e de desculpabilização, resultantes da actuação das causas de morosidade em sistema de *feedback*.

A especialização de determinados tribunais, e, dentro destes, pelo grau de complexidade das acções certamente contribui para a diminuição da morosidade da justiça; a distribuição e gestão dos magistrados e funcionários judiciais deve ser de molde a não permitir que existam tribunais, mesmo por pequenos períodos, com os quadros dos funcionários ou magistrados incompletos.

A reacção aos focos de irracionalidade na distribuição ou negligência dos recursos humanos de um tribunal tem que ser tomada pelas entidades tutelares de imediato a fim de evitar acumulação de processos e atrasos de difícil recuperação. A morosidade endógena é comum a todo o sistema, mas tem características específicas de comarca para comarca, e mesmo de secção para secção, pelo que, para além das medidas gerais para a sua diminuição, têm que ser tomadas, em paralelo, medidas destinadas especificamente a certos tribunais, e que tenham em atenção a importância que o factor pessoal tem na duração dos processos.

A análise realizada aos processos de longa duração com mais de 5 anos, permite dizer que os pontos de entrave desses processos criminais e cíveis assumem naturezas muito diferentes. São, no entanto, igualmente afectadas nas suas diversas fases processuais, embora de modo diferente pelas más condições de trabalho (exiguidade de espaço, falta de fotocopiadoras, etc.) e pela irracionalidade na distribuição de magistrados e funcionários judiciais (vacatura de lugares, desproporção no seu preenchimento, etc. (OPJP, 2000).

Nos processos cíveis detectou-se como causa comum da sua longa duração a organização do trabalho dos magistrados e funcionários judiciais que permite que em todos os processos se possam detectar atrasos, para além do prazo legal, na prática de actos processuais.

Paradoxalmente, nem sempre a morosidade causada tem origem na complexidade processual ou substantiva da acção ou na alta intensidade do litígio, dado que entre os processos analisados se encontravam “acções simples”, como as acções declarativas de “cobrança de dívida” e de responsabilidade extracontratual de acidente de viação, nas quais os dias de morosidade verificados são unicamente justificáveis pela perda de controlo, nomeadamente pelo magistrado judicial, da sua situação processual.

Depois de observada esta situação nestes tipos de acções, indicia esta a necessidade da detecção em tempo útil pelos magistrados, serviços de inspecção e funcionários. A análise efectuada confirmou a opinião comum aos diversos actores judiciários de que, na justiça cível, o despacho saneador (antes das alterações

processuais mais recentes), as sentenças e o processo executivo, com as eventuais acções de embargos, eram os grandes pontos do seu bloqueio. No entanto, as causas de longa duração destes processos cíveis são sistémicas e para além da morosidade organizacional e endógena referida, as partes não efectuem requerimentos e registos em tempo útil, utilizando nos litígios complexos e de alta intensidade estratégias processuais e de litigação que tornam, o processo moroso de modo a potenciar o eventual acordo, a erosão de prova, atrasar o desfecho do litígio ou simplesmente gerir a actividade do seu escritório, permitindo-lhes a comparência em actos processuais originariamente designados para a mesma data - requerimentos de suspensão da instância, faltas e adiamentos de julgamentos (OPJP 2001).

Para além desta morosidade provocada, tem ainda o efeito de retardamento em alguns processos a actuação de entidades terceiras ao tribunal que demoram longos períodos a efectuar peritagens ou a proceder a registos obrigatórios. Por sua vez, na análise dos processos crime é de salientar que para além das causas de morosidade organizacional ou endógena que se fizeram sentir, quer na fase de instrução, quer na fase de julgamento, o primeiro grande ponto de bloqueio está na fase de investigação criminal. Para além da demorada investigação policial, assumem um especial relevo a “paragem” dos processos nos institutos de medicina legal ou faculdades de medicina sempre que, para a sua instrução seja necessário recorrer a perícias médicas oficiais.

Já em fase de julgamento, por vezes, o desaparecimento do arguido da sua habitual residência e faltas consequentes e sistemáticas à audiência de julgamento foram grandes responsáveis da morosidade desses processos.

Nesta esteira, convém salientar que, em 1993, em pesquisa de opinião coordenada pelo (Istituto di Ricerca sui Sistemi Giudiziari [IRSIG] 2000), foi proposta a seguinte afirmação: O maior entrave do Sistema Judicial não se coloca a nível das leis, mas sim na Justiça, que é muito lenta. Dos entrevistados, 87% estavam de acordo com a afirmação, 8% discordaram e 5% não souberam responder. Em 1999, a mesma Entidade chegou a índices ainda mais elevados: 92% consideraram a justiça muito lenta. Avaliações sectoriais confirmam este diagnóstico, a exemplo da precedida junto a empresas estabelecidas em Itália. Estas empresas foram convidadas a pronunciarem-se acerca de três atributos do Sistema Judicial local, agilidade, imparcialidade e custos, os resultados alcançados concluíram que, não obstante aumentem as estruturas judiciais, a produtividade dos juízes e os recursos alocados – os factores que conduzem à



morosidade têm prevalecido, mormente a “explosão de litigiosidade” e a tendência à eternização dos processos.

Podemos assim dizer que, para além de eventuais alterações às leis adjectivas, a diminuição da morosidade no sistema Judiciário necessita de estudo e desenvolvimento de novos sistemas de gestão de processos, informação e recursos humanos que permita suprimir ou diminuir a morosidade endógena ou organizacional e facilite a detecção em tempo útil da morosidade provocada de modo a atenuar os seus efeitos.

Começamos por analisar a questão da morosidade da justiça através da (Figura 4), que padrão de morosidade é este e tentar compreender quais os factores que contribuem para esta morosidade.

A Questão nº 5, denota que há uma opinião generalizada que “Às vezes” “*o grande volume de processos judiciais pendentes nos Tribunais é devido à litigiosidade do povo português*”. 65,3% responderam “Às vezes”, “Nunca” 18,4%, “Sempre” 14,3% e 2% não sabe ou não tem opinião. Ora, estas respostas demonstram que só às vezes o grande volume de processos pendentes nos Tribunais de 1ª Instância se deve à litigiosidade do povo português, infra-estruturas, número adequado de juízes, funcionários judiciais de um Tribunal, são fundamentais para uma resposta mais célere às acções entradas nos tribunais. A formação dos funcionários judiciais, provavelmente, será um factor a ter em consideração.

## Figura 4

### Definições e estatísticas descritivas (%)

Itens	Questões de partida	Pergunta	Sempre	Às vezes	Nunca	Não respondeu	N
exp vida		1	57,1	40,8	2,0	,0	50
pod leg e judicial		2	6,1	77,6	14,3	2,0	50
situa económ		3	4,1	44,9	51,0	,0	50
relev sist judicial		4	18,4	38,8	40,8	2,0	50
indep. sit judicial		6	55,1	42,9	2,0	,0	50
volu proc judicial	Morosidade	5	14,3	65,3	18,4	2,0	50
experi carreira		8	34,7	65,3	,0	,0	50
form out áreas		9	57,1	42,9	,0	,0	50
indep pod judicial		10	63,3	36,7	,0	,0	50
motiva trabalho	Ambiente Político	7	30,6	59,2	10,2	,0	50
politic governamentais		11	40,8	49,0	10,2	,0	50
classes sociais		13	6,1	65,3	28,6	0	50
reformas da justiça		14	67,3	26,5	4,1	2,0	50
prescrições		15	36,7	59,2	4,1	0	50
burocracia		16	12,2	75,5	12,2	0	50
servi judiciais		18	18,4	71,4	10,2	0	50
mode org tribunais		19	26,5	38,8	30,6	4,1	50
org funcio tribunais		20	44,9	51,0	4,1	0	50
jul paz cent arbitrag	Ambiente	12	10,2	73,5	16,3	0	50
acção executiva	Político/Morosidade	17	85,7	12,2	2,0	0	50

Fonte: Elaboração própria

## Figura 5

### Dados estatísticos descritivos – Morosidade (%)

Itens	Especificação dos itens que medem a Morosidade	Nº Pergunta	Sempre	Às vezes	Nunca	Não respondeu	N
volu proc judicial	O grande volume de processos judiciais pendentes nos Tribunais de 1ª Instância é devido á litigiosidade do povo português	5	14,3	65,3	18,4	2,0	50
experi carreira	No seu dia-a-dia, nas sentenças que profere, procura acrescentar algo mais ao direito português devido aos anos de experiência ao longo da sua carreira	8	34,7	65,3	0	0	50
form out áreas	Na sua opinião, os juízes deviam ter formação noutras áreas do saber	9	57,1	42,9	0	0	50
indep pod judicial	Sente total independência entre o poder legislativo e o sistema judicial	10	63,3	36,7	0	0	50

Fonte: Elaboração própria

A Questão 8, “ *no seu dia-a-dia, nas sentenças que proferem, procuravam acrescentar algo mais ao direito português devido aos anos de experiência ao longo das suas carreiras*” e o resultado foi que a resposta “Às vezes” obteve 65,3%, ou seja, uma marca bem vincada, e a resposta “Sempre” 34,7%. Deduz-se pelas respostas que os juízes nas suas decisões “bebem” da sua própria experiência, quer profissional, quer social, não se restringindo aos Códigos. Estamos em crer que a experiência profissional adquirida ao longo das suas carreiras e a sua vida social, são dois factores decisivos no seu dia-a-dia de trabalho.

Perante a Questão nº 9 do quadro acima, tentamos indagar os nossos inquiridos sobre “*formação noutras áreas do saber*”, o nosso universo inclinou-se fortemente para a resposta “Sempre”, que obteve 57,1%, quando “Às vezes” somou 42,9%. Ficamos com a séria convicção que se os nossos juízes tivessem formação noutras áreas do saber, certamente as suas decisões seriam mais rápidas, expeditas e com maior eficácia, contribuindo, desta forma, para uma maior celeridade da justiça em Portugal e por conseguinte, um desanuviamento no número de processos pendentes nos Tribunais portugueses.

Quanto à Questão nº 10 deste quadro, foi colocada aos magistrados judiciais “*se sentiam total independência entre o poder legislativo e o sistema judicial*”, estes responderam 63,3% “Sempre”, e 36,7% “Às vezes”. Esta classificação demonstra que na sua maioria o poder legislativo e o sistema judicial são totalmente independentes. Contudo, 36,7% apenas refere que esta independência apenas existe “Às vezes”. Como sabemos existe uma certa dependência do judiciário relativamente ao legislativo, pois é este o responsável pela feitura das leis e alterações e revisões dos Códigos pelos quais se regem os nossos magistrados.

Em suma, quanto maior for a experiência de vida dos magistrados judiciais mais rápido decidem, se houver total independência entre o poder judicial e o legislativo, o que nem sempre existe, se houvesse uma relação de cooperação entre estes, provavelmente as decisões nos processos seriam mais rápidas, se os juízes tivessem formação em outras áreas do saber haveria talvez, uma maior celeridade nas decisões, por conseguinte, ponderados estes factores, os processos judiciais fluiriam mais rápido contribuindo para o decréscimo dos processos pendentes nos tribunais portugueses que tanto atravancam a justiça e, para uma maior credibilidade da justiça portuguesa.

Através das respostas às questões seguintes referentes à (Figura 6), aferimos se os nossos magistrados judiciais, nas suas sentenças, são condicionados pelo ambiente político.

**Figura 6**

**Dados estatísticos descritivos – Ambiente Político (%)**

Itens	Especificação dos Itens que medem Ambiente político	Pergunta	Sempre	Às vezes	Nunca	Não respondeu	N
motiva trabalho	Sente-se suficientemente motivado para trabalhar com as actuais condições, quer a nível de infra-estruturas dos tribunais, quer a nível de carreira	7	30,6	59,2	10,2	0	50
polit governamentais	As políticas governamentais dos últimos anos no que à concessão de crédito diz respeito, são no seu entender responsáveis pelo elevado nº de processos pendentes nos Tribunais portugueses	11	40,8	49,0	10,2	0	50
classes sociais	Se não tiver condições financeiras o cidadão português não consegue fazer valer os seus direitos. O cidadão de classe baixa parte á partida derrotado numa acção judicial	13	6,1	65,3	28,6	0	50
reformas da justiça	É da opinião que as reformas da justiça efectuadas nos últimos anos não foram precedidas de estudos que previssem razões de falta de eficácia na prática. Tendem a ser reformas pontuais que tratam de sintomas e não da doença. Existem “lobbies” que vivem da morosidade judicial e aos quais interessa que a justiça seja ineficaz	14	67,3	26,5	4,1	2,0	50
prescrições	As prescrições são hoje em dia um fenómeno vulgar que leva à impunidade de muitos dos que têm possibilidades de suportar processos indefinidamente, provocando um sentimento generalizado de injustiça	15	36,7	59,2	4,1	0	50
burocracia	Apesar das sucessivas reformas no sistema judicial português, ainda existe um elevado nº de processos pendentes, na sua opinião, este facto deve-se à excessiva burocracia	16	12,2	75,5	12,2	0	50
servi judiciais	Em sua opinião, os tribunais prestam bons serviços aos cidadãos portugueses, tendo em linha de conta, as suas instalações, nº de funcionários judiciais, formação destes e nº de juízes por Tribunal	18	18,4	71,4	10,2	0	50
mode org tribunais	Concorda com o novo modelo de organização territorial e de administração e gestão dos Tribunais	19	26,5	38,8	30,6	4,1	50
org funcion tribunais	Concorda que o sistema judicial deve passar por alterações várias, designadamente na organização e funcionamento interno dos tribunais, nos métodos de trabalho e na cultura judiciária	20	44,9	51,0	4,1	0	50

Fonte: Elaboração própria

Perante a afirmação colocada na Questão nº 13, “*se não tiver condições financeiras, o cidadão português não consegue fazer valer os seus direitos. O cidadão de classe baixa parte, à partida, derrotado numa acção judicial*”. Os nossos magistrados judiciais dos Tribunais da Relação de Portugal atribuíram 65,3% “Às vezes”, 28,6% “Nunca” e 6,1% “Sempre”. Este resultado revela que 65,3% dos nossos inquiridos concorda que “Às vezes” o cidadão português de classe baixa se não tiver

condições financeiras parte à partida derrotado numa acção judicial. A justiça foi criada para que todos tenhamos acesso a esta de forma igual, independentemente da situação económica de cada um, mas o que na realidade acontece não é bem assim, a justiça portuguesa é cara e morosa e de facto todos os cidadãos têm acesso a ela, pobres e ricos, mas de forma diferente. Quanto ao cidadão de classe baixa, por vezes, o acesso à justiça é realizado através de Apoio Judiciário e, relativamente a este nem sempre os advogados que são nomeados pela Ordem dos Advogados (OA) prestam o melhor serviço ao patrocinado, pois uma grande maioria destes são estagiários e aproveitam esta oportunidade para ganharem experiência. Além de que, o Estado é muito lento a pagar os honorários destes serviços, levando mesmo anos a fazê-lo. Ora, a motivação para trabalhar com este paradigma não é a melhor, quem sai prejudicado é o patrocinado.

Relativamente à Questão nº14, a resposta demonstra que existe uma opinião generalizada por parte dos senhores Juízes que, quando questionados, *“se eram da opinião que as reformas da justiça efectuadas nos últimos anos não foram precedidas de estudos que previssessem razões de falta de eficácia na prática, tendem a ser reformas pontuais que tratam dos sintomas e não da doença, existem “lobbies” que vivem da morosidade judicial e aos quais interessa que a justiça seja ineficaz,”* 67,3% responderam “Sempre”, 26,5% “Às vezes”, 4,1% “Nunca” e 2% não sabe ou não responde. 67,3% dos nossos inquiridos responderam “Sempre”, o que é revelador que o poder legislativo quando aprova leis, em parte, estas não são posteriormente alvo de estudos que revelem ou não a sua eficácia. Quando se tratam de reformas na justiça ou em qualquer outra área, estas em bom rigor, devem ser avaliadas ao longo da sua transição e da sua vivência, o que na generalidade nem sempre acontece, e, se de facto não acontece, é grave. Se a Justiça por vezes é ineficaz a Assembleia da República (AR) e o Executivo têm a sua parte de responsabilidade nesta matéria.

Perante a Questão nº 15, *“as prescrições são, hoje em dia, um fenómeno vulgar que leva à impunidade de muitos que têm possibilidade de suportar processos indefinidamente, provocando um sentimento generalizado de injustiça”*, os juízes dos Tribunais da Relação portugueses responderam 59,2% “Às vezes”, 36,7% “Sempre” e 4,1% “Nunca”. A resposta “Às vezes” está em maioria, revelando que a este nível mesmo com as sucessivas reformas no sistema judicial, não houve ruptura com o

passado, ou seja, as prescrições judiciais continuam a ser um fenómeno vulgar na justiça portuguesa, os nossos órgãos de soberania, a Assembleia da República (AR) e o Poder Judicial têm um trabalho árduo à sua frente para melhorar esta questão das prescrições, e de um sentimento generalizado de injustiça. Há subterfúgios na lei onde as partes interessadas nos processos se movimentam a seu belo prazer. Talvez uma legislação mais esbelta, menos complexa, menos confusa e menos contraditória, contribuisse de um modo geral, para uma taxa menor de processos prescritos relativamente aos últimos anos.

Na Questão 18, *“os tribunais prestam bons serviços aos cidadãos portugueses, tendo em linha de conta, as suas instalações, número de funcionários judiciais, formação destes e número de juízes por Tribunal”*, os nossos respondentes atribuíram 71,4% “Às vezes”, 18,4% “Sempre” e 10,2% “Nunca”. Daqui se pode verificar que os nossos tribunais só funcionam bem “Às vezes”. Muito pode ser melhorado sem aumento do número de funcionários e de juízes. Basta simplificar procedimentos, melhor formação dos funcionários judiciais, melhor advocacia, criar em todos os operadores judiciais, incluindo juízes e magistrados do Ministério Público (MP) e os advogados, uma cultura de eficiência (Fernandes, 2009).

Confrontamos os nossos magistrados, Questão 19, *“concorda com o novo modelo de organização territorial e de administração e gestão dos Tribunais”*, as respostas encontradas são 38,8% “Às vezes”, 30,6% “Nunca”, 26,5% “Sempre” e 4,1% não sabe ou não responde. As opiniões dividem-se entre as três possibilidades com uma ligeira inclinação para a resposta “Às vezes”, há uma divisão de opiniões. O novo modelo de organização e territorial e administração e gestão dos tribunais está como diz Fernandes (2009), ou seja, discorda do facto do acesso aos tribunais poder ser dificultado pela distância a quem reside no interior do país. Seria preferível, embora mais caro, manter os tribunais nas comarcas do interior e cada juiz assegurar o funcionamento de mais do que um, de acordo com o número de processos.

Por último, perguntamos aos nossos participantes, Questão 20, *“concorda que o sistema judicial devia passar por alterações várias, designadamente, na organização e funcionamento interno dos tribunais, nos métodos de trabalho e na cultura judiciária”*, os nossos respondentes dividem-se, 51% responderam “Às vezes”, 44,9% “Sempre” e 4,1 “Nunca”, significa este resultado, que 51% do nosso universo é da opinião que só

“Às vezes” os tribunais devem passar por alterações várias, organização, métodos de trabalho e cultura judiciária. Ao contrário, 44,9% dos nossos respondentes respondeu “Sempre”, ou seja, deve existir um novo paradigma para algumas reformas relativamente à questão colocada, deve haver um rompimento completo, ou quase, com o passado. Por exemplo, todos os funcionários do MP e juízes deveriam ser convencidos (a bem ou a mal) de que estão ao serviço dos utentes do Serviço Judiciário (ao serviço do seu povo) devendo tratá-los com educação (mesmo cortesia) e facilitar-lhes a vida (Fernandes, 2009).

Estas respostas revelam que os factores políticos, como sejam, reformas inadequadas e pontuais, dos Códigos por parte do Poder Legislativo, políticas governamentais dos últimos anos, como a concessão de crédito, as condições económicas dos portugueses geradas por más políticas governamentais dos últimos anos e uma crise mundial mais acentuada que nunca, a acção executiva menos conseguida ou sem o sucesso pretendido, condicionaram seriamente a justiça portuguesa.

Não há um paradigma claro rumo a uma justiça célere, eficaz e transparente relativamente à última década. Existem reformas pontuais, não escorreitas, mas sim enviesadas, ao sabor dos responsáveis pela feitura das leis e de pressões externas.

Relativamente à (Figura 7), onde estão englobadas as respostas nº 12 e 17, trata-se de duas questões de uma amplitude mais abrangente, nas quais aferimos, ambiente político e a morosidade da justiça em simultâneo.

Questão nº 12, relativamente a esta questão os nossos respondentes são unânimes, ou quase, quando questionados, “*sente que os Julgados de Paz (JP) e os Centros de Arbitragem de Conflitos do Consumo (CACC) contribuíam para uma justiça mais célere*”, 73,5% responderam “Às vezes”, 16,3% “Nunca” e 10,2% “Sempre”. Como sabemos os Julgados de Paz são tribunais portugueses que entraram em funcionamento no ano de 2002, vocacionados para a participação cívica dos interessados, de forma a estimular a justa composição dos litígios por acordo das partes, através da mediação. São princípios essenciais dos julgados de paz a simplicidade, adequação, informalidade, oralidade e absoluta economia processual.

**Figura 7**

**Dados estatísticos descritivos – Ambiente político/morosidade (%)**

Itens	Especificação dos Itens que Medem Ambiente político/Morosidade	Pergunta	Sempre	Às vezes	Nunca	Não respondeu	N
Jul Paz Cent Arbitrag	Sente que os Julgados de Paz e os Centros de Arbitragens de Conflitos contribuem para uma justiça mais célere	12	10,2	73,5	16,3	0	50
acção executiva	Uma acção executiva ineficiente prejudica a economia. Procedimentos de cobranças lentos e ineficientes para o credor aumentam os atrasos nos pagamentos e retiram dinamismo à economia	17	85,7	12,2	2,0	0	50

**Fonte:** Elaboração própria

Os (CACC) foram criados para dirimirem pequenos conflitos, ou seja, para impedir que assuntos de pequena dimensão fossem parar aos Tribunais de 1ª Instância. De certa forma, a base da sua criação foi conseguida, pois 73,5% dos nossos respondentes afirmam que “Às vezes” os JP e os CACC ajudam a impedir que pequenas causas vão parar aos tribunais de 1ª Instância, mas o que na realidade ainda acontece é que parte da classe média/baixa portuguesa não tem conhecimento da existência dos JP e dos CACC, em suma, o Executivo é responsável por este problema da não adequada divulgação destes, pois na maioria dos casos estas causas são tratadas de forma gratuita, mas a população portuguesas ou parte dela desconhece este facto.

Questionamos também os nossos inquiridos, Questão nº 17, “*uma Acção Executiva ineficiente prejudica a economia, procedimentos de cobranças lentos e ineficientes para o credor aumentam os atrasos nos pagamentos e retiram dinamismo à economia*”. Os nossos magistrados judiciais portugueses responderam “Sempre” 85%, “Às vezes”, 12,2% e “Nunca” 2%, o que manifesta uma unanimidade relativamente à questão colocada, 85,7 % dos nossos inquiridos responderam “Sempre”, revela este resultado que Acção Executiva é ineficiente, necessita de ser revista urgentemente e por conseguinte, a economia é prejudicada por esta, ou seja, pouco dinâmica. Empresas há, que não recorrem à justiça e deixam de celebrar contratos devido ao facto, de a justiça portuguesas ser morosa e com custos económicos elevados.



A Figura 8 ajuda-nos a compreender melhor e a complementar a nossa investigação, numa escala predefinida de **0 a 2** para as nossas respostas, como sejam, “Sempre” -2; “Às vezes” – 1 e “Nunca” 0, os nossos respondentes foram claros, quando aferimos os factores que contribuem para morosidade da justiça e o porquê desta.

**Figura 8**

**Definições e estatísticas descritivas – Portugal-2009**

Itens	Estatística Descritiva - Descriptive Statistics						
			N	Mínimo Minimum	Máximo Maximum	Média Mean	Desvio Padrão Std. Deviation
experiência vida pod leg e judicial situa económica relev sist judicial indep. sit judicial		Pergunta 1 Pergunta 2 Pergunta 3 Pergunta 4 Pergunta 6	49 48 49 48 49	,00 ,00 ,00 ,00 ,00	2,00 2,00 2,00 2,00 2,00	1,5510 ,9167 ,5306 ,7708 1,5306	,54242 ,45351 ,58102 ,75059 ,54398
volu proc judicial experi carreira form out áreas saber indep pod judicial	<b>Morosidade</b>	Pergunta 5 Pergunta 8 Pergunta 9 Pergunta10	48 49 49 49	,00 1,00 1,00 1,00	2,00 2,00 2,00 2,00	,9583 1,3469 1,5714 1,6327	,58194 ,48093 ,50000 ,48708
motiv tarabalho polit governamentais classes sociais reformas da justiça prescrições burocracia Servi judiciais Mode org tribunais Org funcio tribunais	<b>Ambiente político</b>	Pergunta 7 Pergunta 11  Pergunta 13 Pergunta 14 Pergunta 15 Pergunta 16 Pergunta 18 Pergunta 19 Pergunta 20	49 49  49 48 49 49 49 47 49	,00 ,00  ,00 ,00 ,00 ,00 ,00 ,00 ,00	2,00 2,00  2,00 2,00 2,00 2,00 2,00 2,00	1,2041 1,3061  ,7755 1,6458 1,3265 1,0000 1,0816 ,9574 1,4082	,61168 ,65205  ,55020 ,56454 ,55482 ,50000 ,53373 ,77900 ,57440
Jul paz centa arbitrag acção executiva	<b>Ambiente político / Morosidade</b>	Pergunta 12 Pergunta 17	49 49	,00 ,00	2,00 2,00	,9388 1,8367	,51673 ,42558
		Valid N(listwise)	45				

Fonte: Elaboração própria

Como fica comprovado pelo resultado, nomeadamente nas respostas às Questões nº 8 com uma média de 1,34, com desvio padrão de 0,480, nº 9 com uma média de 1,57% e um desvio padrão de 0,500 e à nº 10 com média de 1,63% e um desvio padrão de 0,487, situado entre o “Sempre” e “Às vezes” a morosidade existe e está bem

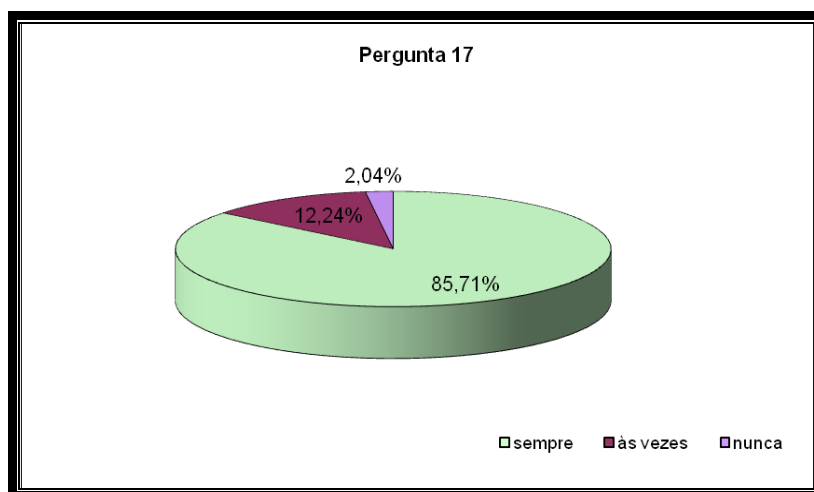
vincada, em suma, os poucos anos de carreira de um juiz, a não formação em outras áreas do saber que não o direito, uma certa dependência do poder judicial relativamente ao legislativo, contribuem para uma nítida morosidade nos processos judiciais em Portugal.

Relativamente ao ambiente político que determina a morosidade dos processos judiciais em Portugal, como está patente nas respostas nº 11 com uma média de 1,30, com um desvio padrão de 0,652, nº 14 com média de 1,64, com um desvio padrão de 0,564, nº 15 com média de 1,32, com um desvio padrão de 0,554 e nº 20 com uma média de 1,40, com um desvio padrão de 0,574. Assumem estes resultados, de facto, os factores políticos, como sejam, as políticas governamentais dos últimos anos, as reformas da justiça sem o sucesso pretendido, a percentagem elevada de prescrições de processos judiciais e a não adequada organização e administração dos tribunais, condicionam e contribuem para um descrédito e para a morosidade na justiça portuguesa.

O resultado mais elevado dos nossos respondentes, ou seja, houve quase consenso geral, (Figura 9), coube à Resposta à pergunta nº 17, com 1,80 de média e um desvio padrão de 0,425, ou seja, 85,7% respondeu “Sempre” 12,2% “às Vezes” e 2,0% “Nunca”. Revela este resultado que, uma acção executiva ineficiente prejudica a economia e procedimentos de cobranças lentos e ineficientes para o credor aumentam os atrasos nos pagamentos e retiram dinamismo à economia.

**Figura 9**

**A ineficiência da Acção Executiva (%)**



Fonte: Elaboração própria

Finalmente, relativamente à questão nº 21, na qual indagamos os nossos inquiridos “sobre qual era a sua percepção do tempo que demorava em média, aproximadamente, com cada processo”, as respostas encontradas como se pode verificar (Figura 10), foram: Tribunal da Relação de Lisboa com 5,2 meses; seguindo-se o Tribunal da Relação de Coimbra com uma média de 4,6 meses, com uma duração média ligeiramente menor, o Tribunal da Relação de Évora com 4,5 meses; imediatamente a seguir, com uma duração média inferior, o Tribunal da Relação de Guimarães, com 4,1 meses; finalmente o Tribunal com menor duração média de processos cabe ao Tribunal da Relação do Porto, com 3,5 meses.

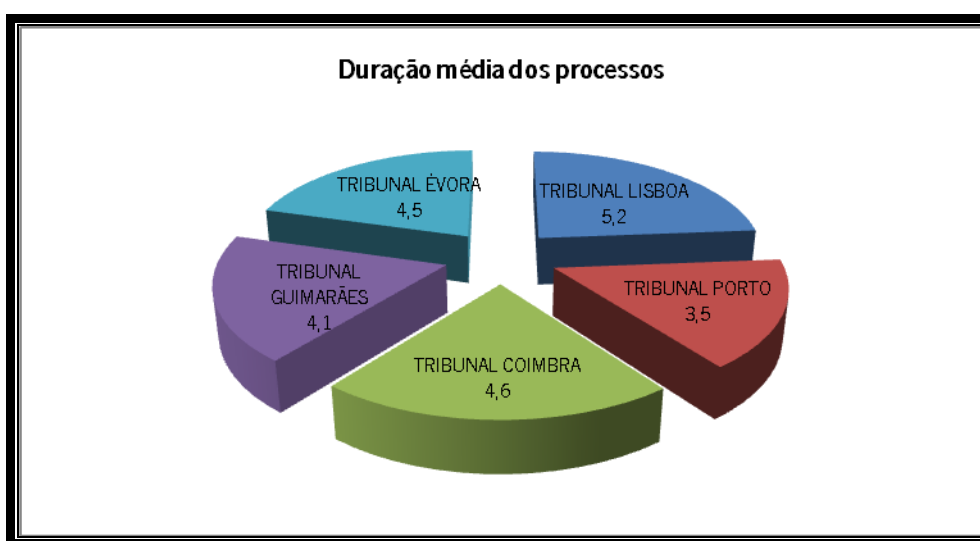
Daqui se depreende, que os Tribunais com a duração média de processos mais elevada sejam os Tribunais da região Centro do país, Lisboa e Coimbra, seguidamente com uma ligeira melhoria o Tribunal de Évora e, os tribunais com a menor média de resolução estão situados na Região Norte de Portugal respectivamente Porto e Guimarães.

Convém salientar que, da duração de um processo judicial pode depender a sobrevivência de uma empresa ou pessoa singular. Desta forma, concluímos que nem todos os cidadãos portugueses esperam o mesmo período de tempo por uma decisão

judicial, quem recorre à justiça na região Centro de Portugal tem um tempo de espera por uma decisão judicial maior comparativamente com os da região ligeiramente mais a Sul, Évora. Os cidadãos com menor tempo de espera por uma decisão judicial estão situados na região do grande Porto, ou sejam, os cidadãos servidos pelos Tribunais da Relação do Porto e Guimarães.

**Figura 10**

**Duração dos processos judiciais:meses**



**Fonte:** Elaboração própria

Portugal talvez necessite de um crescimento sustentado em termos económicos. Neste momento a justiça, supostamente devia ter uma melhor prestação para a prossecução deste objectivo nacional. A Acção Executiva é lenta e não está a corresponder às expectativas geradas para o fim para a qual foi criada, ou seja, para imprimir mais celeridade ao sistema judicial. Necessita de ser repensada o mais breve possível, as reformas possivelmente, deverão ser bem ponderadas, a justiça poderá ser condicionada pelo Poder Político, talvez o Poder Judicial e o Poder Político necessitem de um novo paradigma na sua relação. Espera-se maior reciprocidade entre estes poderes e não conflitualidade, para desta forma, todos os agentes económicos e toda a população portuguesa ganhem com esta relação e para uma melhor justiça.

Estes resultados assumem que o ambiente político mencionado no quadro acima, como sejam, reformas inadequadas e pontuais, dos Códigos por parte do Poder Legislativo, políticas governamentais dos últimos anos, como a concessão de crédito, as condições económicas dos portugueses geradas por más políticas governamentais dos últimos anos e uma crise mundial mais acentuada que nunca, a Acção Executiva menos conseguida ou sem o sucesso pretendido e a organização interna dos tribunais condicionaram seriamente a justiça portuguesa.

As políticas governamentais, deviam talvez, ser planeadas e delineadas para toda a população portuguesa, para todas as classes sociais e políticas com equidade, na teoria, de facto é isso que se apregoa, mas no que à prática diz respeito, a maioria delas estão longe do seu alcance e por conseguinte, a nossa economia continua na cauda da Europa.

O sistema judicial português necessita de “medicamentos” eficazes, seguir uma linha de reformas continuadas ao arripio do bem-estar social e da segurança de todos os portugueses, em suma, implementar a cultura da eficiência nos Tribunais, incluindo Juízes, Magistrados do MP, Advogados e funcionários judiciais.

#### **4.3. Resultados das hipóteses**

Relativamente à **Hipótese 1**, que integra o conceito de experiência de um juiz, o resultado foi que a resposta “À vezes” obteve 65,3%, ou seja, uma marca bem vincada, e a resposta “Sempre” 34,7%. Deduz-se pelas respostas que os juízes nas suas decisões “bebem” da sua própria experiência, quer profissional, quer social, não se restringindo aos Códigos. Estamos em crer que a experiência profissional adquirida ao longo das suas carreiras e a sua vida social, são dois factores decisivos no seu dia-a-dia de trabalho.

Quanto à **Hipótese 2**, que integra o conceito percepção de morosidade judicial em cada processo, as respostas encontradas como se pode verificar (Figura 8), foram: Tribunal da Relação de Lisboa com 5,2 meses; seguindo-se o Tribunal da Relação de Coimbra com uma média de 4,6 meses, com uma duração média ligeiramente menor, o

Tribunal da Relação de Évora com 4,5 meses; imediatamente a seguir, com uma duração média inferior, o Tribunal da Relação de Guimarães, com 4,1 meses; finalmente o Tribunal com menor duração média de processos cabe ao Tribunal da Relação do Porto, com 3,5 meses.

Daqui se depreende, que os Tribunais com a duração média de processos mais elevada sejam os Tribunais da região Centro do país, Lisboa e Coimbra, seguidamente com uma ligeira melhoria o Tribunal de Évora e, os tribunais com a menor média de resolução estão situados na Região Norte de Portugal respectivamente Porto e Guimarães

No que diz respeito à **Hipótese 3** que lhe tem subjacente as políticas governamentais dos últimos anos, no que à concessão de crédito diz respeito, eram, no seu entender, responsáveis pelo elevado número de processos pendentes nos Tribunais portugueses, os nossos respondentes não foram consensuais, as opiniões dividem-se, 49% responderam “Às vezes”, 40,8% “Sempre” e 10,2% “Nunca”. A resposta a esta questão, de certa forma, confirma alguns estudos efectuados sobre esta matéria, nomeadamente “A justiça e o seu impacto sobre as empresas portuguesas” Pinheiro (2002), que afirma que os políticas governamentais, dos últimos anos, relativamente à concessão de crédito, não foram as melhores, era importante emprestar mas não se olhava a quem, nem como, ou seja, principalmente as instituições Financeiras; Bancos, Empresas de Locação Financeira, etc., trabalhou-se para estatísticas e objectivos. Por conseguinte, as respostas “Sempre” e “Às vezes” são dominantes e 10,2% responderam “Nunca”, ou seja, consideram que o executivo não tem qualquer culpa nesta matéria.

Quanto à **Hipótese 4** que integra os conceitos infra-estruturas dos tribunais e motivação, existe uma inclinação acentuada para a resposta “Às vezes”, com 59%, quando os inquiridos foram confrontados se sentiam suficientemente motivados para trabalhar com as actuais condições, quer a nível de infra-estruturas dos tribunais, quer a nível de carreira. Apenas responderam “Sempre”, 30,6% dos nossos inquiridos e 10%, respondeu “Nunca”. Este resultado revela que as infra-estruturas dos nossos tribunais e as carreiras dos juizes não são suficientemente motivantes para um empenho a 100% nesta profissão. Com melhores infra-estruturas e um melhor sistema de carreiras, o

incentivo e a motivação para o trabalho certamente seriam maiores para os nossos inquiridos.

Finalmente, a **Hipótese 5** que integra o conceito de burocracia no sistema judicial, a resposta “às vezes” obteve maioria absoluta com 75,5%, “Sempre” 12,2% e “Nunca” 12,2%. Esta resposta revela que os nossos respondentes são unânimes em dizer que “Às vezes” a excessiva burocracia é responsável pelo elevado número de processos pendentes nos Tribunais portugueses. Não podemos deixar também de referir o empate entre os que responderam “Nunca” e “Sempre”. Convém salientar como diz Fernandes (2009), que uma cultura judiciária que força os juízes a terem que fundamentar exaustivamente as suas decisões, comparativamente com uma sentença de um Tribunal francês ou suíço, há de facto muita burocracia, o que obriga a uma fluidez mais lenta, e que desta forma, o número de processos pendentes nos Tribunais continua muito elevado.

# Conclusão

---



---

## 5. Conclusão

Concluída que está a apresentação dos resultados da investigação, cabe agora a apresentação das principais conclusões que se podem retirar deste trabalho.

Este estudo pretendeu analisar e compreender o fenómeno da morosidade da justiça no funcionamento dos tribunais judiciais, aferida através da percepção dos juízes, de modo a descortinar um conjunto de soluções futuras que contribuíssem para um sistema judicial mais eficaz e eficiente.

Desta forma, o primeiro passo consistiu, numa pesquisa prévia sobre alguns destes Tribunais em Portugal, através da qual aferimos que o Observatório Permanente da Justiça Portuguesa (OPJP), Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e a Direcção da Política da Justiça, dispunham de dados fundamentais à nossa investigação.

A partir destes dados, constatamos que no nosso sistema judicial existe uma morosidade latente, a qual devia ser devidamente estudada e percebida para eventuais melhorias futuras no que a este campo diz respeito. Perceber se o Sistema Judicial abarcava valências necessárias ao desempenho de um bom judiciário. Os dados fornecidos por estas entidades referem-se ao período de 2006-2008.

Os Tribunais portugueses, como referimos ao longo deste estudo, estão organizados em três instâncias, da hierarquicamente superior e territorialmente mais abrangente para a hierarquicamente inferior e territorialmente mais restrita: o Supremo

Tribunal de Justiça (competência nacional), os cinco tribunais da Relação, um por distrito judicial e dois no distrito judicial do Porto e os 227 tribunais judiciais de comarca (1ª Instância).

Estes tribunais são bastante diversificados, para evitar que esta diversidade nos pudesse dificultar a comparação de resultados, optamos por circunscrever a observação empírica aos Tribunais da Relação de Portugal. Do ponto de vista metodológico, pareceu-nos relevante esta homogeneização na medida em que, embora não sendo garantia irrefutável da validade das comparações efectuadas, a existência de traços comuns nas unidades orgânicas em análise poderia contribuir significativamente para aumentar a consistência e fiabilidade das mesmas. Dada a limitação dos recursos disponíveis, nomeadamente em termos de tempo, optamos pela selecção deste universo de menor dimensão, perspectivando uma análise mais sensata e realista face aos condicionalismos encontrados.

Após a realização da revisão da literatura e da análise estatística efectuada sobre o tema em estudo, convém salientar alguns aspectos que justificam e complementam o nosso estudo.

O sistema judicial português atravessa uma crise de legitimação, no entanto esta não se regista apenas em território nacional, verifica-se também um pouco por toda Europa, América Latina, e África.

O que revela o nosso estudo é que neste segmento, não é consensual entre os senhores Juizes dos Tribunais da Relação portugueses que seja adequada a relevância que o sistema político português atribui ao sistema judicial, o poder judicial reivindica mais protagonismo. Desta forma, as pessoas são um dos elementos fundamentais de qualquer organização, estas são reconhecidas como a pedra valiosa neste sistema. Convém também salientar que são elas que nos processos de mudança oferecem mais resistência. Neste sentido, possivelmente teríamos um sistema judicial mais célere se a relação entre o poder judicial e o poder legislativo não fosse conturbada. Esta realidade, é em parte, confirmada pelo nosso estudo. Quando colocada a questão aos magistrados, estes unanimemente responderam que sentiam total independência entre o poder legislativo e o sistema judicial. Esta orientação demonstra que na sua maioria o poder legislativo e o sistema judicial são totalmente independentes. No entanto, há opinião neste factor que esta independência apenas existe às vezes. Como sabemos, existe uma certa dependência do judicial relativamente ao legislativo, pois é este o responsável pela

feitura das leis e alterações e revisões dos Códigos pelos quais se regem os nossos magistrados, por conseguinte, existe à partida uma certa dependência daquele sobre este.

A justiça e o seu problemático funcionamento sempre têm vindo a ser apontadas como uma das causas para o estado geral da nossa máquina burocrática, sendo recorrentemente apontada por todas as forças políticas como uma das áreas prioritárias de intervenção no âmbito de uma qualquer reforma da nossa Administração Pública, seja ela global ou parcial. A justiça tem que chegar a todos os cidadãos em tempo útil, com celeridade, julgando bem e eliminando com isenção os conflitos que se lhe deparam. Algumas certezas que temos são que muitos destes problemas só se resolvem com mais meios humanos, tecnológicos, infra-estruturas e que esses meios hão-de pesar no Orçamento de Estado. A questão que se coloca neste estudo é se esse investimento não seria um investimento com retorno, eventualmente até com reflexos positivos na economia. Os resultados do nosso estudo, vêm confirmar estes dados, quando colocamos a questão aos inquiridos, estes responderam que às vezes os tribunais prestam bons serviços aos cidadãos portugueses, tendo em linha de conta as suas instalações, número de funcionários judiciais, formação destes e número de juízes. Daqui se conclui que o funcionamento dos tribunais é, de algum modo, incerto. Muito pode ser melhorado sem aumento do número de funcionários e de juízes, basta simplificar procedimentos, melhor formação dos funcionários judiciais, melhor advocacia, criar em todos os operadores judiciais, incluindo juízes e magistrados do Ministério Público (MP) e os advogados, uma cultura de eficiência.

Muitos analistas defendem que a morosidade da justiça é um dos entraves ao relançamento da economia e ao crescimento económico, o que vai de encontro com os resultados da nossa investigação. Neste sentido, e atendendo à situação económica portuguesa, apesar do impacto da crise económica, Portugal conseguiu manter a 43<sup>a</sup> posição do ranking mundial de competitividade, num total de 133 países, mostra o relatório anual publicado pelo *World Economic Forum* (WEF)<sup>10</sup>. Neste estudo, a análise sobre se a actual situação económica que Portugal atravessa tinha influência nas decisões que os senhores Juízes dão em cada processo, verificou-se que as opiniões se dividiram, quer a conjuntura económica seja boa, quer seja desfavorável, as decisões em

---

<sup>10</sup> [www.weforum.org](http://www.weforum.org) – (acesso em 12-12-2009)

cada processo são dadas seguindo o mesmo paradigma, por outro lado, reflecte que a actual conjuntura económica tem influência nas suas decisões e, apenas uma minoria respondera quer a conjuntura económica seja boa ou menos boa as sentenças são dadas seguindo a mesma linha. Os tribunais não funcionam como deviam, os processos arrastam-se no tempo, consumindo recursos às empresas e agravando os seus problemas de tesouraria quando o que está em causa é, por exemplo, a cobrança de dívidas. Grande parte do tecido produtivo tem grandes dificuldades para cobrar, para assim obter os recursos que lhe permitam poder pagar, não se pode admitir que a cobrança contenciosa destas dívidas se arraste indefinidamente no tempo, tal como não deve prolongar-se indefinidamente o processo de cobrança das dívidas dos contribuintes ao Estado, seja na área fiscal ou da segurança social. Se nesta última área o Estado tem investido fortemente em meios técnicos que lhe permitam cruzar informação e no reforço das competências dos seus meios humanos, com resultados positivos, também deve olhar para a justiça, globalmente considerada, como uma área em que o investimento, embora bastante elevado, será compensador. Se não for no aspecto económico-financeiro, será certamente compensador em termos de melhoria da imagem global que temos do próprio Estado.

Neste sentido tivemos a preocupação de saber se uma acção executiva ineficiente prejudica a economia. Através da análise efectuada verificamos que na grande maioria da opinião dos magistrados foram unânimes em afirmar que, a morosidade da justiça retrai a economia e o crescimento económico de um país. Neste contexto, verifica-se que a Acção Executiva é ineficiente, necessitando de ser revista urgentemente.

Outro factor relevante que contribui para a morosidade da justiça, coloca-se a nível de infra-estruturas. Por vezes, são degradantes as imagens de alguns tribunais em que chove nos gabinetes ou em que até as instalações sanitárias servem para arquivar processos. Tal como é lamentável verificar, em alguns casos, a falta de pessoal nas Secretarias Judiciais ou em que há um juiz que, por força do volume de acções pendentes na sua comarca, terá milhares de processos para julgar. No entanto, convém salientar que atrás desses processos de papel estão casos concretos de pessoas singulares e colectivas, geridos por pessoas que a nível académico e profissional deixam muito a desejar, sendo que, muitas das vezes, a demora da resposta é fatal à sua sobrevivência

financeira para quem recorre à justiça. Por outro lado, alguns aspectos estruturais, um elevado número de processos e a pouca experiência dos novos magistrados que têm grande dificuldade em resolver os casos mais complexos são factores que neste momento contribuem para a lentidão do nosso judiciário.

Nesta linha, a independência dos Juízes afirma-se por referência ao poder executivo na medida em que a independência do poder judicial estará gravemente comprometida se as decisões relativas à organização e funcionamento do sistema judiciário e à carreira dos magistrados judiciais estiverem nas mãos daquele poder; ao poder legislativo na medida em que os Juízes são, apenas, chamados a aplicar a lei e não devem estar sujeitos a qualquer outra manifestação de vontade do parlamento. Desta forma, o Juiz tem, sob pena de denegação de justiça, o dever de ser isento e imparcial e o Estado o dever de proporcionar, também sob pena de denegação de justiça, àquele e ao sistema em geral todas as garantias de independência. O que confirma o nosso estudo neste patamar, a maioria dos juízes afirmam que o sistema judicial português é totalmente independente do sistema político.

Também neste segmento, devemos levar em linha de conta a formação dos magistrados judiciais. A formação dos magistrados é inseparável das concepções políticas que do poder judicial se tenham e sobretudo das concepções que se tenham da sua independência que o acento tónico se coloque na sua inserção prática, o mesmo se não dirá quanto à formação deontológica e à da cultura da jurisdição. A ideia básica e o que revela o nosso estudo que os magistrados judiciais deviam ou podiam, ter formação noutras áreas do saber, nomeadamente em economia, ficamos com a séria convicção que se os nossos juízes tivessem formação noutras áreas do saber, certamente as suas decisões seriam mais rápidas e com maior eficácia, contribuindo, desta forma, para uma maior celeridade da justiça em Portugal e por conseguinte, um desanuviamento no número de processos pendentes nos Tribunais portugueses.

Relevante, e que contribui para o aumento da morosidade judicial é a burocracia. A morosidade da justiça deve ser combatida com a redução da burocracia, aquela terá um relevo menor quando conseguir reduzir a burocracia com vista a reduzir a morosidade processual. É fundamental implantar meios tecnológicos e recursos humanos com formação adequada à sua utilização. Promover campanhas de informação junto dos cidadãos tendo em linha de conta os direitos que lhes assistem.

Revela também o nosso estudo, que as infra-estruturas dos nossos tribunais e as carreiras dos juízes não são suficientemente motivantes para um empenho a 100% nesta profissão. Como refere Schneider (2005) com melhores infra-estruturas e melhor sistema de carreiras o incentivo e a motivação para o trabalho certamente seriam maiores para os nossos inquiridos.

Neste contexto, a experiência de vida adquirida ao longo dos anos de profissão de uma qualquer pessoa é um cunho bastante vincado ao longo da sua vida, pois assumimos que a experiência agrega-nos o tirocínio necessário com o fito no nosso trabalho futuro. Em parte o nosso estudo vem confirmar esta realidade, a maioria dos nossos juízes nas suas sentenças têm em linha de conta a sua experiência quer pessoal quer profissional. No entanto, neste ponto, não há consenso geral, verificasse se por um lado, há juízes que valorizam sempre as suas sentenças que proferem devido à sua experiência ao longo dos seus anos de trabalho, por outro lado, existem outros que afirmam só utilizarem às vezes a sua experiência de vida no seu trabalho e outros que nunca.

Assumimos também, que as profundas transformações sociais aliadas às políticas governamentais menos conseguidas dos últimos anos, concessão de crédito, economia, saúde, etc., que provocaram um forte crescimento do endividamento das famílias e das empresas, e a eliminação da fase declarativa em muitos litígios, com a introdução e o alargamento do procedimento de injunção e a ampliação do elenco dos títulos executivos, são os principais factores que estão no lastro do aumento exponencial, nos últimos anos, das acções executivas. Demonstra também este estudo, que as políticas governamentais dos últimos anos no que à concessão de crédito diz respeito, são também, responsáveis pelo elevado número de processos pendentes nos Tribunais portugueses. A resposta a esta questão contradiz, de certa forma, alguns estudos efectuados sobre esta matéria nomeadamente “A justiça e o seu impacto sobre as empresas portuguesas”<sup>11</sup>, que afirma que as políticas governamentais dos últimos anos relativamente à concessão de crédito não foram as melhores, consideram mesmo que o executivo não tem qualquer culpa nesta matéria.

---

<sup>11</sup> Pinheiro, Armando Castelar e Célia Costa Cabral. (eds). 2002.

Confrontamos os nossos magistrados se concordavam com o novo modelo de organização territorial e de administração e gestão dos Tribunais, as opiniões não foram unânimes, o novo modelo de organização e territorial e administração e gestão dos tribunais poder ser dificultado pela distância a quem reside no interior do país. Seria preferível, embora mais caro, manter os tribunais nas comarcas do interior e cada juiz assegurar o funcionamento de mais do que um, de acordo com o número de processos.

Contudo, não podemos ignorar a existência de um número elevado de casos de prescrições nos tribunais portugueses, por detrás destes processos, estão causas de pessoas singulares e colectivas que recorreram ao Estado para os ajudar, o que desta forma, não ajuda em nada, antes pelo contrário, a imagem deste sai gravemente prejudicada, pois os que recorrem à justiça ficam com um sentimento generalizado de impunidade. O nosso estudo confirma em parte esta situação, perante a afirmação se as prescrições são hoje em dia um fenómeno vulgar que leva à impunidade de muitos que têm possibilidade de suportar processos indefinidamente, provocando um sentimento generalizado de injustiça, a maioria juízes revelou através das respostas que a este nível mesmo com as sucessivas reformas no sistema judicial não houve ruptura com o passado, ou seja, as prescrições judiciais continuam a ser um fenómeno vulgar na justiça portuguesa, os nossos órgãos de soberania, a Assembleia da República e o poder judicial têm um trabalho árduo à sua frente para melhorar esta questão das prescrições, e de um sentimento generalizado de injustiça. Há subterfúgios na lei onde as partes interessadas nos processos se movimentam a seu belo prazer.

A justiça necessita de ser revista, as reformas da justiça têm de resultar das visões da sociedade, das exigências e da influência de todos quanto necessitam da justiça para viver em paz, isto é, todos os cidadãos.

Podemos finalmente concluir, quanto às hipóteses orientadoras da nossa investigação, que se confirma que o ambiente político descrito ao longo deste estudo, é determinante para a morosidade dos processos judiciais em Portugal. A missão dos Tribunais numa perspectiva minimalista, é condicionada pelo ambiente político, seguindo uma lógica de conveniência doméstica.

## **5.1.Dificuldades e Limitações**

De um modo geral podemos dizer que os resultados alcançados com esta investigação são bastante satisfatórios tendo em conta as limitações que uma investigação académica enfrenta, como sejam a escassez de recursos e as dificuldades na gestão do tempo.

Em termos práticos podemos afirmar que a aplicação dos questionários foi a tarefa mais difícil porque implicou sair de casa, da proximidade do computador e entrar em contacto com pessoas, que tinham relutância dos propósitos do questionário, que não tinham tempo para responder ou que simplesmente nos ignoravam.

O espaço geográfico também foi um factor condicionante do trabalho. Numa primeira fase havia a intenção de inquirir vários juízes de cada um dos cinco Tribunais da Relação de Portugal, mas como os Tribunais do Porto e Guimarães eram os mais próximos, optamos por nos deslocarmos apenas a estes e contactamos os restantes por correio electrónico e via telefone.

Outra dificuldade surge na aplicação dos questionários e prende-se com a sua dimensão. A dimensão do questionário pode ser uma faca de dois gumes. Queremos sempre aproveitar a oportunidade para colocar mais uma questão. Por ventura à procura de uma qualquer correlação escondida, fora do normal e que ainda ninguém detectou em qualquer outra investigação. Puro equívoco. O questionário deve conter o essencial mas ser essencialmente pequeno. Porque ainda assim, há sempre alguém, e são muitos, que o consideram demasiado grande. E isto acarreta dificuldades imensas na hora da aplicação deste.

Esta investigação aflora os conceitos de uma forma essencial, não pretendeu aprofundar conhecimentos, optou-se sempre por alargar os conteúdos em detrimento da sua profundidade, com a consciência que existem sempre alguns aspectos a melhorar, mas que na essência os resultados seriam os mesmos.

## **5.2.Pistas para futuras investigações**

Uma possibilidade de estudo deste fenómeno seria definir o conceito de atraso, tal como é percebido pelos tribunais nos diferentes países, entre os diversos actores do processo judicial, incluindo juízes, procuradores, advogados, funcionários judiciais e



cidadãos. Na verdade, se nos referimos às percepções, os problemas de tornar o conceito operacional de atraso são mais fáceis de resolver. Usando a perspectiva de "percepção", podemos ter uma primeira ideia do que é considerado um cumprimento aceitável "de um processo judicial", em diferentes comunidades, e provavelmente vamos descobrir como os diferentes países têm uma ideia muito diferente do que pode ser considerado morosidade da justiça.

O nosso trabalho não fica aqui terminado, mas sim serve de trampolim para futuros trabalhos, no entanto, pensamos que contribuirá para uma análise sobre a morosidade na justiça actual e permitindo aos analistas fazerem uma reflexão.

## Referências

- Adorno, S. e Wânia Pasinato. (2007). *A Justiça no Tempo, o Tempo da Justiça*. Tempo Social, revista de Sociologia da USP, v. 19, n. 2
- Barros, José D'Assunção. (2008). *As Hipóteses nas Ciências Humanas*. Revista Sisifo, vol.7, set/dez 2008 Lisboa: Universidade de Lisboa.
- Berry, Christopher & Charles Wyson. (2012). *Making Courts Matter: Politics and the Implementation of State Supreme Court Decisions*. The University of Chicago Law Review. Volume 79 Winter 2012 Number 1.
- Brunetti, A. e Weder, B. (1995). *“Subjective Perceptions of Political Instability and Economic Growth.”* Boston: McGraw-Hill.
- Carvalho, Valter Rodrigues. (2009). A reforma da justiça na perspectiva da crise do Estado brasileiro. ponto-e-virgula nº 5 1º semestre. Disponível em <http://www.pucsp.br/ponto-e-virgula/n5/artigos/HTML/22-valterrodrigues.html> - (acesso em 10 de Dezembro de 2009)
- Collier, Paul, David Dollar e Nicholas Stern. (2000). *“Fifty Years of Development.”* Banco Mundial. Disponível em [<http://www.worldbank.org>] – (acesso em 18 de Setembro de 2008).
- Dallari, Dalmo de Abreu. (2002). *O Despertar do Juízes*. Prisma Jurídico ano/volume 1.S. Paulo. Centro Universitário Nove de Julho.
- Delgado, Luciano Oliveira. (2009). *“Justiça (a) Morosa”*. Direito Imaterial: Disponível em: [http://www.direitoimaterial.com.br/artigos/2009/art1\\_jan\\_2009.htm](http://www.direitoimaterial.com.br/artigos/2009/art1_jan_2009.htm) - (acesso em 10 de Outubro de 2009).
- Dunsire, A. e C.C.Hood. (1989). *Cutback Management in Public Bureaucracies*. Cambridge. Cambridge University Press.
- Fabri M. e F. Contini. (eds). (2000). *Justice and Technology in Europe*: The Hague. Netherlands. Kluwer Law International.

Fabri, Marco. (2005). *Policies to enhance the quality of justice in Europe : l'administration de la Justice en Europe et L'Évaluation de sa qualité*. Paris: Montchrestien/Mission de Recherche Droit et Justice: Collection Grands Colloques.

Furtado, Emmanuel. n.d. *Direito ao Processo do Trabalho em Tempo Razoável*. Documento de trabalho.Fortaleza. Universidade Federal do Ceará.

Giglione, R. e Matalon B. (1993). *O inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.

Goerdt, J.(1986). *Examining Court Delay: The Pace of Litigation in 26 Urban Trial Courts*. Williamsburg, VA. National Center for State Courts.

Guissari, Adrian. (2000). *Seguridad jurídica y crecimiento con restricciones institucionales: foro para administración de justicia*. Buenos Aires.

Hay, Jonathan, Andrei Shleifer e Robert W. Vishny. (eds). (1996). *Toward a theory of legal reform*: European Economic Review, Vol. 40, no 3-5.

Instituto di Ricerca sui Sistemi Giudiziari. (2000). *European data base on judicial systems*. Working Papers IRSIG-CNR. *European research network on judicial systems*. Bolonha: Edição Científica Lo Scarabeo.

L. e B. Mahoney. (1985) . "Zeroing on Court Delay." *Court Managment Journal* : 8-14.

Langbroek, Philip M. (2005). *Quality mangement concerning judges, judgements and courts services: l'administration de la justice en Europe et L'evaluation de sa qualité*. Mission de Recherche Droit et Justice. Collection Grands Colloques. Paris : Montchrestien.

Lippert, Owen. (2001). *Are There Economic Consequences of Judicial Performance ?*.Fraser Institute. Disponível em [<http://www.fraserinstitute.ca>]. – (acesso em 17 de Dezembro de 2008).

Lindblom e Watson. (1995). Civil procedure reform in comparative context: *The American Journal of Comparative Law*. Symposium Vol. 45, Nº. 4.

Mahoney, B. (1988). *Changing Times in Trial Courts*. Williamsburg,VA. NCSC.

Melcher, F. (1984). "Setting Time Standards: How Much delay is Too Much?" *The Judge's Journal*. 1: 23.

Mitsopoulos, Michael e Theodore Pelagidis. (2010). *Greek appeals courts' quality analysis and performance*. Euro Journal Law Economic 30:17–39

Nelken, David. (2004). *Using the concept of legal culture*. Center for the Study of law and Society Jurisprudence and Social Policy Program. Berkeley: University of California.

Ng, Gar Yein. (2007). *Quality of judicial organisation and checks and balances*. Utrecht: Intersintia.

North, Douglass C. (1992). *Transaction Costs, Institutions, and Economic Performance*. International Center for Economic Growth. Occasional Papers Nº. 30. Budapest.

Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. (2000). *As alterações processuais intercalares*. Coimbra. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. (2001). *A administração e gestão da justiça: análise comparada das tendências de reforma*. Coimbra. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. (2006). *A geografia da Justiça*. Coimbra. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Observatório Permanente da Justiça Portuguesa. (2007). *A acção executiva em avaliação: uma proposta de reforma*. Coimbra. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Olson, Mancur. (1996). *The rise and decline of nations: Economic growth, stagflation, and social rigidities*. New Haven: Yale University Press.

Painter, M. (1990). *Values in the History of Public Administration*. Public Administration in Australia: Sydney. A Watershed, RAIPA/Hale and Iremonger, pp. 75–93

Pinheiro, Armando Castelar. (2001). *Economia e justiça: conceitos e evidência empírica*. Documento de trabalho. S. Paulo. Instituto de Estudos Económicos, Sociais e Políticos de S.Paulo.

Pinheiro, Armando Castelar e Célia Costa Cabral. (eds). (2002) . *A Justiça e seu impacto sobre as empresas portuguesas*: Universidade Nova de Lisboa. Disponível em [\[http://www.crise-da-justica.com/Que%20forma%C3%7%C3%A3%20para%20os%20magistrados.htm\]](http://www.crise-da-justica.com/Que%20forma%C3%7%C3%A3%20para%20os%20magistrados.htm) – (acesso em 15 de Março de 2009).

Ponciano, Vera Lúcia Feil. (2007).*Ferramentas tecnológicas e modernização da administração da Justiça(1)*:Edição 19:1-25. Disponível: em <http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao020/Ferramentas%20tecnologicas%20II.htm> – (acesso em 12 de Novembro de 2009).

Raine, John W . (2000)."*Modernising courts or courting modernisation?*", International Journal of Public Sector Management, Vol. 13 pp. 390 - 416

Rangel, Rui. (2008). *Ser Juiz Hoje* :Coimbra: Almedina.

Rangel, Rui. (2000). As alterações ao CPC: Bloqueios à celeridade processual: Justiça e cidadania. *Suplemento do Primeiro de Janeiro*, 26-Outubro.

Rios, Rubens César Gonçalves. (2008). *Os Princípios do Duplo Grau de Jurisdição e Razoável Duração do Processo e as Limitações ao Direito de Recorrer*. (Monografia apresentada ao Curso de especialização Telepresencial e Virtual em Direito Processual Civil, na modalidade Formação para o Magistério Superior, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista em Direito Processual Civil. Santa Catarina. Universidade do Sul de Santa Catarina.

Sadek, Maria Teresa Aina. (1999). "*O poder judiciário na reforma do Estado.*" In: Bresser Pereira, L. C. et. al. *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo. Ed. Unesp; Brasília, ENAP.

Santos, Boaventura de Sousa. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa. (1988). *O Estado e a sociedade em Portugal*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa. (2000). *Que formação para os magistrados hoje ?* Revista do Ministério Público: Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, 3º trimestre.

Santos, Boaventura de Sousa.(2008). *Para um novo judiciário*. Coimbra. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Schneider, Martin R. (2005). *Judicial Career Incentives and Court Performance: An Empirical Study of the German Labour Courts of Appeal*. European Journal of Law and Economics, 20: 127–144.

Shihata, Ibrahim F. (1995). *Legal framework for development: The World Bank's Role in Legal and Judicial Reform*: Washington DC: The World Bank.

Silva, José Carlos Espínola. (2004). O Acesso à Justiça no Brasil: Crises e Propostas: Disponível em: [www.cdr.unc.br](http://www.cdr.unc.br). (acesso em 21 de Outubro de 2009)

Sinhoretto, J. (2007). *Reforma da justiça (estudo de caso)*. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 19, n. 2.

Sobbrio, Giuseppe, D'Adostino Elena e Sironi Emiliano. (eds). (2009). “New Disputtes and Delay in Italian Courts: Public Choice e Political Economy.” Comunicação apresentada na XXI Conferenza na Società italiana di economia pubblica, Università di Pavia, 24 a 25 de Setembro.

Tavolaro, Agostinho Toffoli. (2002). *Justiça morosa ou injusta*. S Paulo. Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Williamson, Oliver E. (1994-1995). *The Institutions and Governance of Economic Development and Reform*. Proceedings of the World Bank Annual Conference on Development Economics.

Zavascki, Teori Albino. (2001). *Eficácia das sentenças na jurisdição constitucional*: Revista dos tribunais no 125:79-91.

## **Outras Fontes Consultadas**

- Lei 3/99, de 13 de Janeiro
- Lei 78/2001, de 13 de Julho
- Lei n.º 78/2001, de 13 de Julho
- Decreto-Lei n.º 329/2001, de 20 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 140/2003, de 2 de Julho
- Decreto-Lei n.º 9/2004, de 9 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 225/2005, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 22/2008, de 1 de Fevereiro
- Decreto-Lei n.º 60/2009, de 4 de Março
- Portaria n.º 334/2009, de 2 de Abril
- Portaria n.º 845/2009, de 5 de Agosto
- Decreto-Lei n.º 289/2009, de 8 de Outubro
- Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 333/99, de 20 de Agosto
- Lei n.º 61/2008, de 31 de Outubro
- Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 25/2009, de 26 de Janeiro

<http://www.mj.gov.pt/sections/home>  
<http://www.citius.mj.pt/portal/>  
<http://www.csm.org.pt/>  
<http://governo.com/>  
<http://www.cej.mj.pt/cej/home/home.php>  
[www.b-on.pt](http://www.b-on.pt)  
[www.google.com](http://www.google.com)  
[www.consilium.europa.eu](http://www.consilium.europa.eu)  
<http://wikipedia.org/>  
<http://repositorium.sdum.uminho.pt/>  
<http://www.grupolusofona.pt>  
[http://www.aetv.com/american\\_justice/](http://www.aetv.com/american_justice/)  
<http://www.france-justice.org/>  
<http://www.guardian.co.uk>  
<http://www.time.com>  
<http://www.mj.gov.pt>  
<http://www.mjusticia.es>  
<http://www.dgpj.mj.p>  
[http://www.worldbank.org.](http://www.worldbank.org)  
<http://www.crise-da-justica.com/Que%20forma%C3%7%C3%A3%20para%20os%20magistrados.htm>  
<http://www.weforum.org>  
<http://www.isnie.org>  
<http://www.siej.dgpj.mj.pt>